

NÚMERO 4

CMI REPORT

NOVEMBRO 2017



AUTORES

Inge Tvedten

Gilson Lázaro

Eyolf Jul-Larsen

Mateus Agostinho

Colaboradores: Rachi Picardo,
Áurea Mouzinho, Nelson Pestana,
Osvaldo Silva, Claudio Fortuna,
António Fernandes e
Wilson Chimoco.

Pobreza Rural em Malanje, Angola

Pobreza rural em Malanje, Angola

Relatório do CMI, número 4, Novembro de 2017

Autores

Inge Tvedten
Gilson Lázaro
Eyolf Jul-Larsen
Mateus Bine Agostinho

ISSN 0805-505X (impressão)

ISSN 1890-503X (PDF)

ISBN 978-82-8062-671-4 (impressão)

ISBN 978-82-8062-672-1 (PDF)

Foto da capa

Angola - a versão rural.
Foto: Gilson Lázaro

Desenhadora gráfica

Kristen Børje Hus

www.cmi.no

ÍNDICE

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 5 |
| 1.2 A Pobreza em Angola | 5 |
| 1.3 Abordagem Analítica | 6 |
| 1.4 Metodologias | 7 |
| 1.5 Os Locais do Projecto | 8 |
| 2. CONTEXTO ESTRUTURAL | 10 |
| 2.1 A Economia Política de Angola | 10 |
| 2.2 A Província de Malanje | 10 |
| 2.3 O Município de Kalandula | 11 |
| 3. AS COMUNIDADES | 15 |
| 3.1 História Resumida | 15 |
| 3.2 Cenário Institucional | 15 |
| 3.3 Adaptações Económicas | 16 |
| 4. RELAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA | 18 |
| 4.1 Percepções Locais | 18 |
| 4.2 O Agregado Familiar | 18 |
| 4.3 Emprego e Rendimento | 22 |
| 4.4 Serviços Públicos/Sociais | 28 |
| 4.5 Relações na Comunidade | 30 |
| 5. DINÂMICA DA POBREZA | 33 |
| REFERÊNCIAS | 34 |

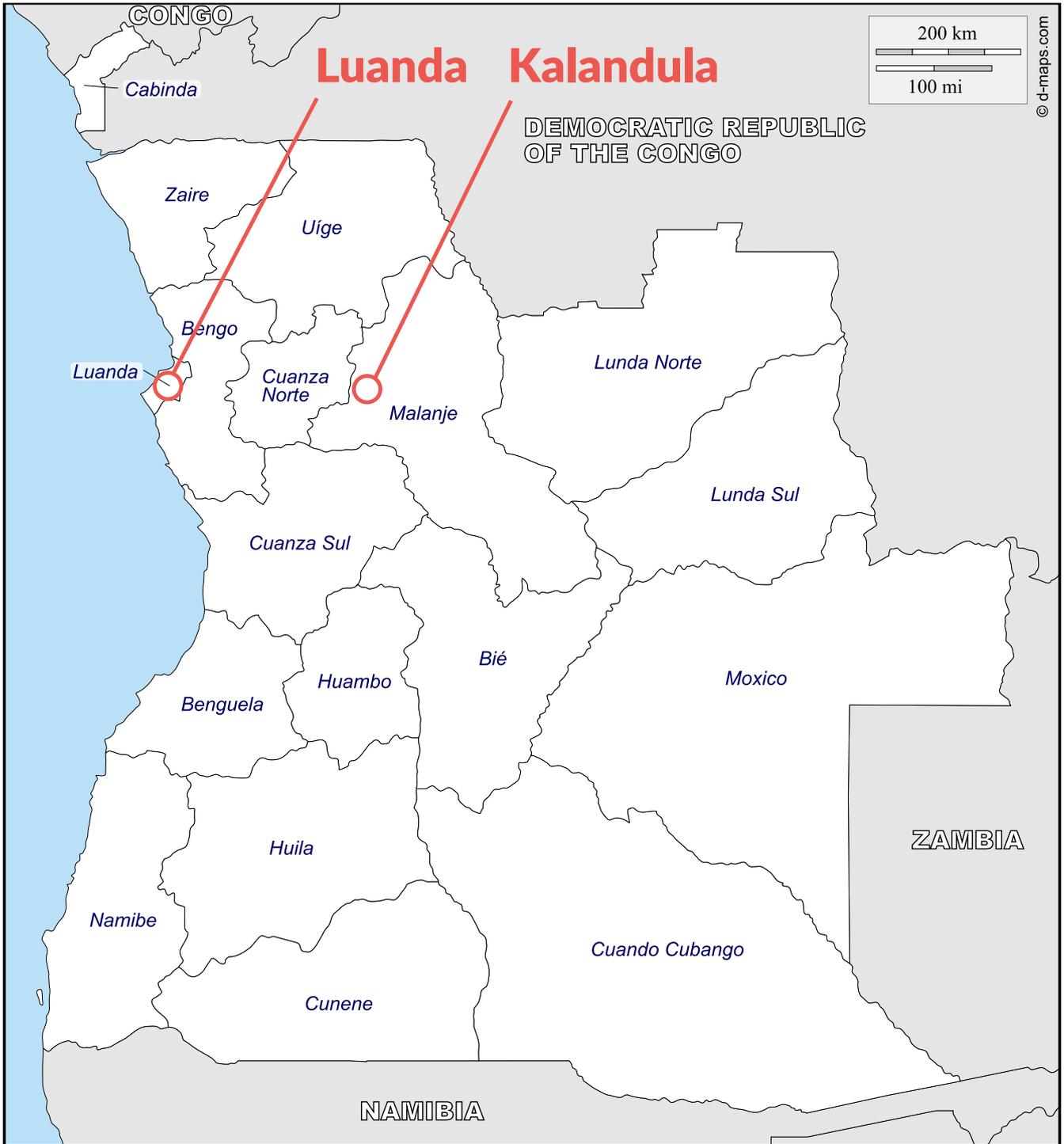


Ilustração 1:
Angola com os Locais do
Projecto

1. INTRODUÇÃO

Este relatório é parte do programa de investigação “Cooperação em Investigação e Desenvolvimento em Angola” entre o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica em Luanda, Angola e o Chr. Michelsen Institute (CMI) em Bergen, Noruega. O objectivo do programa é aumentar a qualidade, quantidade e a disponibilidade de conhecimento relevante baseado na pesquisa científica sobre Angola. O programa tem vários sub-projectos no âmbito das Ciência Política, da Económia e Ciências Sociais¹. Este relatório sobre a pobreza rural em Malanje insere-se no sub-projecto de Ciências Sociais intitulado “Dinâmica da Pobreza Urbana e Rural”, e será seguido de um relatório similar sobre a pobreza urbana em Luanda (em 2017).

Fazer pesquisa em Ciências Sociais sobre pobreza e desigualdade em Angola é um desafio. Há uma escassez de dados estatísticos desagregados que mostrem a distribuição da pobreza no espaço e no tempo,² e há dificuldades práticas ao nível local que vão desde a falta de experiência de pesquisa e de estudos desta natureza até aos problemas logísticos para a implementação e recolha de dados. Este projecto baseou-se numa combinação dos limitados dados quantitativos agregados que existem, a recolha de dados primários quantitativos e qualitativos em locais urbanos e rurais cuidadosamente seleccionados tendo como foco uma abordagem centrada na “Constatação da Realidade”³.

1.2 A Pobreza em Angola

A informação agregada existente indica que, apesar do elevado crescimento económico na última década, a pobreza em Angola é grave. A taxa “oficial” de pobreza em Angola é de 36,6%, sendo de 18,7% nas áreas urbanas e 58,3% nas áreas rurais (INE 2013; ver também Vidal e de Andrade 2011).⁴ No entanto, académicos e comentadores argumentam que os valores são demasiado baixos⁵ e que escondem variações consideráveis entre e dentro das diferentes províncias, formações sociais urbanas e rurais. A representação mais comum da pobreza multidimensional, a taxa de mortalidade infantil das crianças com menos de cinco anos, verificou alguma melhoria nos últimos anos, mas continua excepcionalmente alta ao nível de 17% – sendo de 23% nas áreas rurais e de 15% nas áreas urbanas (UNICEF 2015).

Num total de 188 países, Angola ocupa no mais recente Índice de Desenvolvimento Humano o 150º lugar apesar da sua enorme riqueza em petróleo e alto PIB *per capita*, o que implica pontuações excepcionalmente baixas em termos de indicadores de educação e saúde (PNUD 2016). Os dados oficiais mostram que 30% da população é analfabeta e que a média de anos de escolaridade por adulto é de 4,4 anos; a esperança de vida à nascença é de 51,1 anos; a taxa de mortalidade infantil é de 167/1.000; 42% da população vive sem acesso à água potável e 60% não usufrui de instalações sanitárias. Aproximadamente um terço de todos os agregados familiares chefiados por mulheres é mais pobre do que os chefiados por homens (INE 2010, GdA 2015, INE 2016)⁶. Entre 145 países, Angola ocupava o 126º lugar no Índice de Disparidade de Géneros de 2013 (WEF 2016). A Tabela 1 abaixo mostra os dados disponíveis sobre as diferenças entre a pobreza urbana e rural em Angola.

1 Economia: 1) A distribuição do rendimento e riqueza pelos agregados familiares e regiões; 11) Diversificação da Economia Angolana. Ciências Sociais: 1) Pobreza e diferenciação social; 11) Relações de género e direitos humanos. Ciências Políticas: O papel do município nos serviços públicos, participação e redução da pobreza.

2 Os conjuntos de dados mais relevantes são 1) Inquérito aos Agregados Familiares sobre Despesas e Receitas (IDR), conduzido em sete províncias (INE 2003) e 11) Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da População (IBEP) realizado em 18 províncias (INE 2013). O Censo de 2014 (INE 2016) contém dados relevantes para a pobreza multi-dimensional (incluindo educação, saúde e bens materiais), mas não a mede como parte do conceito multi-dimensional.

3 Uma abordagem sobre a “Constatação da Realidade” inclui uma série de estudos com o mesmo nome que partilham a visão de que não há apenas uma, mas sim várias “realidades” e que é importante captar aspectos de pobreza tanto através de estatísticas/estudos como da percepção “a partir de baixo” das pessoas que vivem em aldeias rurais e bairros degradados urbanos (ver e.g. Tvedten, Lázaro et al. 2016).

4 A Linha de Pobreza Nacional está fixada em 4.793 kwanzas por mês, o que equivale a cerca de USD 2,00 por membro do agregado familiar por dia.

5 A taxa de pobreza oficial desceu de 62% em 2001 (INE 2003) para 37% em 2009 (INE 2010), mas ambas as taxas se baseiam em metodologias de estudo inadequadas e em incertezas no que respeita ao processamento dos dados.

6 Como se vê na Tabela 1, os números variam de 20% a 50% – dependendo de como é definida a chefia feminina.

Tabela 1: Condições de vida na Angola urbana e rural

Fontes:
INE 2013;
UNICEF 2015;
INE 2016.

| Item | Rural | Urbana |
|---|-------------|-------------|
| Incidência da pobreza (%) | 58 | 19 |
| População total | 9.635.037 | 16.153.987 |
| Tamanho médio do agregado familiar | 4,4 | 4,8 |
| Proporção de Agregados Familiares Chefiados por Mulheres (%)* | 52,2 / 14,6 | 51,4 / 23,6 |
| Desemprego (15–64 anos) (%) | 14,3 | 30,8 |
| Taxa de alfabetização (15 + anos) (%) | 41,1 | 79,4 |
| Taxa de mortalidade infantil (%) | 23 | 15 |
| Registo civil (%) | 30 | 68 |
| Posse de telemóvel (5 + anos) (%) | 21,2 | 46,8 |

*Números do INE 2016/INE 2013 respectivamente.

Este relatório foca a pobreza rural, tendo em consideração que 37,4% da população angolana que vive em áreas designadas como “rurais” (INE 2016). Muitas destas áreas foram marginalizadas durante décadas de guerra, permanecendo ainda nas margens da atenção política e das intervenções de desenvolvimento com a excepção parcial de infraestrutura social (instalações de educação e de saúde) e física (estradas, caminhos de ferro). A pobreza rural tem recebido uma atenção limitada, historicamente, devido à inacessibilidade durante décadas de guerra e, mais recentemente, devido à atenção dominante voltada para o desenvolvimento urbano em Angola. Os estudos existentes têm, por razões diversas, focado as áreas mais acessíveis na vizinhança das cidades litorais e no planalto central, produzindo informação válida sobre a economia política assim como a distribuição da pobreza e bem-estar (ver e.g. Jul-Larsen e Bertelsen 2011; Carvalho et al. 2011; ADRA 2012). No entanto poucos ou nenhuns estudos se centram explicitamente no contexto sociocultural e nas relações sociais da pobreza e do bem-estar da Angola rural do pós-guerra civil.

Tanto a pobreza rural como a urbana são actualmente afectadas pela profunda crise económica em Angola decorrente da queda dramática do preço do petróleo e da governação danosa, a qual teve efeitos imediatos em termos de preços e acesso a produtos básicos (de Oliveira 2015; Banco Mundial 2016; UCAN 2016; Inglês 2016). Afectadas foram também as relações entre as áreas urbanas e rurais. Após um longo período de migração unilateral para as áreas urbanas em geral e Luanda em particular, como resultado da guerra e do que foi considerado como as melhores opções de rendimento e de “estilo de vida moderno”, há indicações de que isso está em processo de mudança com a crise que atinge de várias formas e mais fortemente as áreas mercantilizadas urbanas do que as áreas agrícolas rurais (INE 2016).

1.3 Abordagem Analítica

Uma questão fulcral na actual pesquisa é que a pobreza é multidimensional. Deve entender-se em parte como condições de privação tangíveis e mensuráveis na tradição do positivismo empírico e em parte como categorias *emic* através das quais as pessoas concebem os seus mundos e agem de acordo com eles na tradição do subjectivismo sociocultural (Green 2006; Addison et al. 2009; Schaffer 2013). Isto significa que, para compreender a dinâmica da pobreza e os seus principais constrangimentos, oportunidades de mobilidade social ascendente e de alívio da pobreza, devemos medir os aspectos principais de ser pobre em termos quantitativos, bem como compreender as percepções e experiências das próprias pessoas sobre o que significa ser pobre em Angola.

Em termos práticos, a pobreza multidimensional envolve a falta de emprego e de rendimentos necessários para atender às necessidades básicas (aliviada através de uma combinação de aumento de *oportunidades* e aumento da *capacidade* de capitalizar as oportunidades disponíveis); um sentimento de não ter voz nem poder em relação às instituições da sociedade e ao estado (aliviado através do aumento do *empoderamento*); e

vulnerabilidade perante choques adversos, ligada à capacidade de lidar com estes através de relações sociais e instituições legais (aliviada através de um aumento de *segurança*).

A fim de compreender esta noção de pobreza, a análise será enquadrada numa abordagem geral de “teoria prática” – separando as estruturas políticas, económicas e socioculturais que afectam a vida das pessoas e a sua própria agência (Bourdieu 1990; Ortner 2006; Moore e Sanders 2014). As pessoas serão vistas a relacionar-se o melhor que podem com os constrangimentos e oportunidades estruturais da posição social que ocupam. A ordem social e cultural (ou “estruturas”) tem um efeito poderoso ou até determinante sobre a acção humana e a forma dos eventos, mas também há espaço para a agência humana. As espécies de actividades que as pessoas desenvolvem são governadas pelas suas posições individuais dentro destas estruturas, conforme determinado pela pobreza/bem-estar, relações sociais desiguais e discursos culturais dominantes, incluindo os baseados na classe e no género.

1.4 Metodologias

A metodologia do estudo foi definida com base na combinação de dados quantitativos e qualitativos (Mikkelsen 2005; Tvedten 2012; Hesse-Biber 2015). Os primeiros combinam os dados oficiais existentes sobre pobreza e a estratificação social aos níveis nacional, provincial e municipal; dados de estudos individuais realizados por doadores ou instituições de pesquisa (aplicada); bem como uma Base de dados especialmente desenhada durante a realização do trabalho de campo em comunidades seleccionadas pelo projecto.

A base de dados de Kalandula 2016 (a seguir designada por KBS16) prestou cuidadosa atenção a ser tão “representativo” quanto possível um “representante” da comunidade em geral (i.e. o município de Kalandula na província de Malanje), mas não só, em qualquer sentido estatístico estrito, pretende ser representativo de mais do que as aldeias/bairros onde foram realizadas a pesquisa. O estudo foi implementado em oito comunidades (ver abaixo), com um total de 240 entrevistas, 30 em cada comunidade. Os agregados familiares foram seleccionados de acordo com uma amostragem aleatória sistemática.

O estudo procura combinar 1) *dados socioeconómicos quantitativos* clássicos sobre a composição dos agregados familiares, rendimento e despesa, bens, níveis de educação, saúde e acesso a serviços públicos; 11) questões relacionadas com as *percepções* das pessoas sobre as condições no agregado familiar e na sua comunidade com implicações na sua posição de pobres ou em melhor situação e 111) as relações sociais (com a família alargada, amigos, líderes da comunidade e instituições públicas) em que estão envolvidas e que têm implicações para a sua posição de pobres ou em melhor situação.

As metodologias qualitativas usadas foram 1) entrevistas qualitativas com partes interessadas do governo local, sociedade civil, instituições tradicionais, 11) observação sistemática nas comunidades visitadas, 111) entrevistas com agregados familiares individuais e 1111) um conjunto de metodologias qualitativas participativas explícitas aplicadas a grupos focais de aproximadamente dez pessoas. Estas metodologias incluem o seguinte:

Histogramas: Para indagar a história de cada lugar em estudo, com ênfase em eventos e processos que foram particularmente importantes para as actuais condições socioeconómicas de bem-estar e pobreza. O grupo decide por si em que momento da história começar.

Mapeamento Comunitário: Para mapear os lugares físicos (edifícios, elementos naturais, locais sagrados, etc.) bem como os membros individuais da comunidade considerados mais importantes para a vida da comunidade – e porquê. O grupo é solicitado a definir ele próprio as fronteiras espaciais do que considera “a sua comunidade”.

Matriz de problemas da comunidade: Para identificar e classificar os problemas mais importantes que afectam toda a comunidade ou grandes grupos de pessoas da comunidade. O grupo identificará primeiro os maiores problemas e depois classificá-los-á na base do número de pessoas que o problema afecta e da seriedade do problema.

Classificação da Riqueza. O objectivo é captar as percepções da própria comunidade sobre os diferentes níveis e tipos de pobreza e bem-estar. Ao grupo é pedido que 1) defina o que para ele significa ser “pobre” e ser “rico”, 11) identifique as condições mais importantes que separam os pobres dos menos pobres, 111) liste os nomes/idiomas locais para diferentes

categorias de pobreza e bem-estar e iv) identifique os agregados familiares que pertencem a cada categoria para posteriores entrevistas.

Os métodos quantitativos e qualitativos descritos são ferramentas úteis para obter a informação necessária para uma análise da dinâmica da pobreza em Kalandula. Todavia, os referidos métodos também têm as suas limitações. Os estudos funcionam com temas e categorias pré-determinados (*etic*) que não coincide necessariamente com as percepções das pessoas (*emic*) do que é importante nas suas vidas. Além disso, a situação de entrevistar em locais como Kalandula constitui um desafio, não estando as pessoas habituadas a responder a perguntas sobre a sua vida e ficando incertas/temerosas de como a informação vai ser usada.⁷

A observação sistemática e as entrevistas em grupos e com indivíduos também têm desafios. Os grupos tendem a ser dominados por detentores do poder/influenciadores locais e as mulheres em particular têm frequentemente relutância em responder a perguntas sobre o seu agregado familiar sem a presença do marido. Procurou-se compensar isto seleccionando mais agregados familiares/indivíduos marginais para entrevistas separadas em ambientes onde se sentissem confortáveis/confiantes.

Embora tudo isto tenha influenciado a qualidade/fiabilidade dos dados quantitativos e qualitativos, acreditamos que é minimizado exactamente pela combinação/triangulação dos dois tipos de abordagens.

1.5 Os Locais do Projecto

O projecto/estudo foi realizado no município de Kalandula, na província de Malanje (ver o Mapa). O ideal teria sido identificar comunidades representativas em todo o Município – cobrindo toda a gama desde o centro do município “semi-urbano” às comunidades ao longo da estrada principal para a Cidade de Malanje/Luanda e as comunidades no interior.

No entanto, a logística e o tempo disponível tornaram necessário concentrarmo-nos nas comunidades situadas na metade sul do município que são mais facilmente acessíveis a partir da Sede do município (muitas das comunidades no norte/interior profundo levariam demasiado tempo a atingir ou simplesmente não são acessíveis de carro).

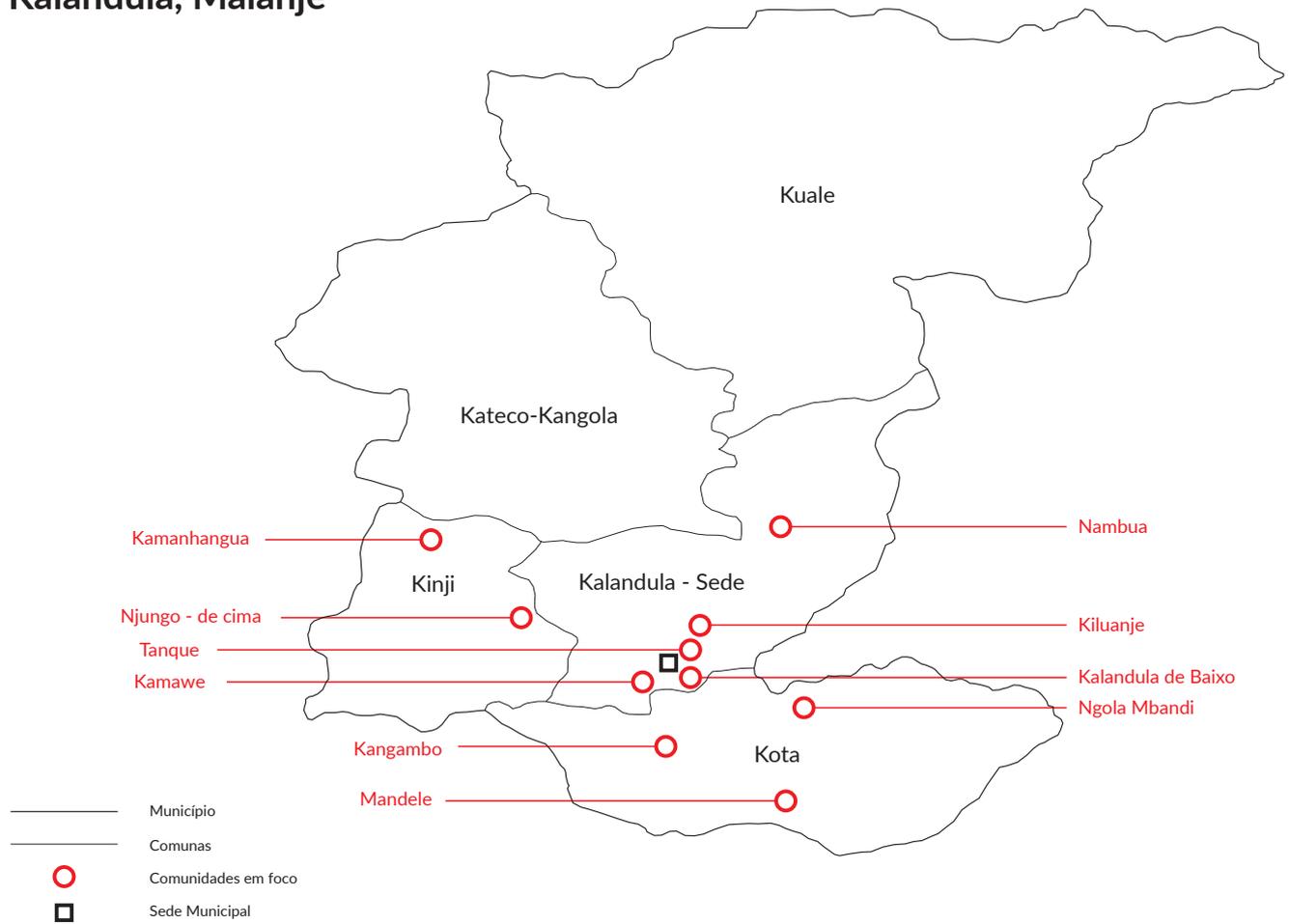
As dez comunidades finalmente escolhidas foram seleccionadas em cooperação parcial com as autoridades municipais e consistem em três na vizinhança imediata da Sede, três ao longo da estrada principal e três no interior. O estudo usando as metodologias qualitativas foi realizado em todas as comunidades excepto Kiluanje e Kamanhangua, onde só se conseguiu aplicar as metodologias qualitativas.

Os documentos recolhidos (AMK 2014), as entrevistas com as autoridades públicas, bem como as nossas próprias observações, mostram que o espaço/distância da sede do município/estrada principal afecta negativamente as populações tornando-as vulneráveis à pobreza – não necessariamente em termos de produtividade agrícola mas sim no acesso a serviços sociais e produtos básicos.

Desta forma, os dados qualitativos-quantitativos apresentados neste relatório provavelmente revelam uma situação socioeconómica que – embora marcada por uma extrema pobreza – teria sido ainda mais grave caso o estudo tivesse incluído mais comunidades do norte/das regiões mais distantes e remotas do município.

7 Isto explica em grande parte a categoria “Em falta” nos dados/tabelas a apresentar – tendo algumas pessoas simplesmente recusado responder a perguntas perante as quais não se sentiam confortáveis (o que, sem dúvida, é seu direito).

Kalandula, Malanje



Kalandula com os Locais do Projecto.
Mapa de Hanna Tvedten Jorem.

2. CONTEXTO ESTRUTURAL

2.1 A Economia Política de Angola

Angola tem uma população total de 25,8 milhões de pessoas (INE 2016). Depois de se ter tornado independente de Portugal em 1975, a economia política do país foi dominada por dois factores: uma guerra devastadora que durou até 2002 e grandes receitas provenientes do petróleo e do gás que transformaram-na em país de rendimento médio em termos de PIB *per capita* – embora com níveis igualmente enormes de desigualdade (de Oliveira 2015; Banco Mundial 2017; PNUD 2017).

Angola tem realizado eleições parlamentares desde 1992, sendo o MPLA, o partido que domina o cenário político nacional. No entanto, o poder de facto está nas mãos do presidente Eduardo dos Santos que exerce as funções de chefe de estado desde 1979. Um novo presidente será eleito em 2017, o que tem criado uma incerteza política significativa.

Perto de 40% da população angolana vive em áreas rurais (INE 2016). O país tem uma economia política extremamente centralizada que tem em grande parte deixado que as áreas rurais enquanto teatros de guerra se desenrasquem por si – embora o poder centralizado ainda mantenha o controlo político (de Oliveira 2013).

Uma política económica pós-guerra de base neoliberal, combinada com grandes projectos de infraestrutura através do empréstimo da China em troca de petróleo, foi adoptada com a intenção de estimular as relações entre as áreas urbanas e rurais – mas a concomitante falta de cuidado e atenção com a agricultura fez da referida política um esforço impossível.

As áreas rurais estão ainda dependentes/amarradas *de facto* ao centro urbano mais próximo e a Luanda em particular através do clientelismo político que coopta em seu redor os líderes locais bem como autoridades tradicionais, fazendo-os depender da cidade tanto para a venda dos produtos agrícolas como para o acesso a bens e serviços básicos.

As baixas densidades populacionais, o fraco poder de compra das pessoas e o predomínio das transacções económicas baseadas na troca em vez de no dinheiro, tornam em grande medida as áreas rurais desinteressantes tanto para os investidores internos como para os externos, com a excepção parcial dos investimentos em fazendas/indústrias baseadas na agricultura.

2.2 A Província de Malanje

A província de Malanje está localizada no nordeste de Angola e tem uma população de 986.000 habitantes, dos quais 66% vivem em áreas rurais (INE 2016a). A Cidade de Malanje é o principal centro urbano e tem uma população de 220.000 pessoas.

A maioria das pessoas em Malanje são de origem Mbundu e têm vivido tradicionalmente de uma combinação de produção agrícola e do comércio. Durante a era colonial muitas pessoas estavam empregadas como trabalhadores na produção de culturas de rendimento (algodão, tabaco, milho, etc.), trabalhando algumas também nas indústrias de manufactura (Dias 1986; Vines 2016)⁸.

Desde a independência que a área rural de Malanje foi gravemente afectada por períodos de guerra (de 1975 a 1990 e de 1992 a 2002). Uma grande parte da população foi compelida a fugir para a cidade de Malanje, onde muitos viviam em campos de refugiados, ou para Luanda onde se juntaram ao imenso número de pessoas estabelecidas em aglomerados informais (Lázaro 2015).

A partir do ano de 2002 que a província de Malanje passou a registar um crescimento da população. Para além do crescimento natural, muitas pessoas regressaram de Luanda onde as condições de vida se tornaram cada vez mais difíceis, maior parte das quais depende da agricultura ou de actividades económicas informais (ver a Tabela 2).

⁸ Conforme enfatizado por exemplo por Birmingham (1974), a história dos Mbundu/do norte de Angola está muito mal coberta mesmo de uma perspectiva Angolana.

| Item | 2014/2015 |
|---|-----------|
| Incidência da pobreza | 53* |
| Agregados Familiares Chefiados por Mulheres | 39 |
| Participação da força de trabalho | 60 |
| Taxa de conclusão da escolaridade entre os 6 e os 17 anos | 35 |
| Taxa de mortalidade infantil | 23 |
| Registo civil | 35 |

Tabela 2: Indicadores Socioeconómicos, Malanje (Porcentagem)

Fonte: INE 2010, 2016a.

* Taxa de pobreza para Malanje, Bengo e Cuanza Norte combinados (INE 2013)

2.3 O Município de Kalandula

Kalandula é um dos 14 municípios da província de Malanje e tem uma superfície de 7.037 km². A época das chuvas vai de Setembro a Abril, com uma precipitação média de 900 milímetros e temperaturas médias anuais de 21/22 graus – embora as pessoas digam que já não há essa regularidade climática (AMK 2014).

A época seca (*cacimbo*) estende-se por cerca de cinco meses. Há também um período sem chuva entre Dezembro e o princípio de Fevereiro chamado de *pequeno cacimbo* – mas segundo a população local também este não se comporta como era costume.

Os solos são geralmente pobres em minerais e matéria orgânica. O município caracteriza-se também por um grande número de rios, dos quais o Rio Lucala (com as quedas de Kalandula e Bengo-a-Nzenza) e o Rio Musseleje com a sua queda com o mesmo nome são os mais conhecidos.



Quedas de Kalandula.
Foto: Inge Tvedten.

A população do município foi fortemente afectada pela guerra, tendo havido entre 1973 e 2003 um decréscimo de 93.977 para 47.887 pessoas. No entanto, desde 2003 que a população tem vindo a aumentar consideravelmente para um número estimado de 72.422 habitantes em 2011 e 80.450 em 2016 – devido às altas taxas de nascimento, emigração limitada e retorno de migrantes das cidades e de outras províncias (AMK 2014; INE 2016a).

A grande maioria dos agregados familiares em Kalandula (89%) é originária do município, e 24% tem pelo menos um familiar que trabalha/vive numa grande cidade

(Luanda ou cidade de Malanje). A população é extremamente jovem, tendo 50% entre 0 e 14 anos de idade e apenas 3% tendo 65 anos ou mais (INE 2016a).

Administração

Administrativamente, o município está dividido em cinco comunas: Kalandula Sede, Kuale, Kateco-Kangola, Kinji e Kota (ver o Mapa), 18 regedorias dirigidas por um soba grande e um total de 458 aldeias tendo cada uma o seu próprio *soba* – que é um líder tradicional, mas nomeado e pago pelo Estado.

O MPLA domina folgadoamente o panorama político, não apenas formalmente chefiando o município (não há eleições locais em Angola), mas também ser membro do MPLA é *de facto* uma pré-condição para qualquer tipo de posição no sector público. Outros partidos com representação local incluem a UNITA, o PRS e a CASA-CE.

A figura política mais influente é o Administrador do município e o órgão político mais elevado é o Conselho Municipal composto por todos os órgãos da administração municipal e – a convite – representantes de instituições não-governamentais.

Uma outra instituição central é o Conselho de Auscultação e Concertação Social (CACCS), que consiste em representantes do governo municipal e da sociedade civil. Em princípio, o CACCS destina-se a acompanhar o programa nacional de alívio da pobreza “*Programa Integrado de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural*” (PICPDR).



Rua Principal, Kalandula Sede. Foto: Inge Tvedten.

Centro da Comunidade. Aldeia de Kalandula. Foto: Gilson Lázaro.

O Programa de Redução da Pobreza

O PICPDR foi criado em 2010, e destinava-se a ser uma transferência permanente de fundos para fazer investimentos e estabelecer programas sociais e económicos para reduzir a pobreza em municípios como o de Kalandula.

De acordo com o Administrador Adjunto de Kalandula, o programa para redução da pobreza em Kalandula constituía inicialmente uma grande parte do Orçamento Municipal. No período 2012-2014 e no início da crise, não foram feitas quaisquer transferências. Quando retomado novamente o programa em 2015, a crise era uma realidade e os fundos foram usados para outros fins – ou simplesmente desconhecem o destino exacto.

Ainda de acordo com o Administrador Adjunto, a população em Kalandula é muito pobre e não tem poder de compra. É por isso muito difícil estabelecer negócios ou outras actividades económicas (“*o povo faz a diferença*”). As pessoas não têm dinheiro para transportar os seus produtos para a cidade e fazem o que costumavam fazer que é “produzir mandioca e criar cabritos”. Todavia, as pessoas não são preguiçosas “dado que vão todos

os dias para o campo às 5 horas da manhã” e querem trabalhar – assim, é uma questão de aprenderem novas actividades e obterem capital.

Educação

Olhando para os serviços municipais, o sistema educacional é formalmente chefiado por um *Chefe de Repartição de Educação*, com um Chefe de Secretaria, um responsável pela estatística/logística, um funcionário para o programa de alfabetização de adultos e outro para a manutenção/limpeza (AMK 2014).

Os dados oficiais (AMK 2016, 2014) indicam que na província 65% das crianças entre os 5 e os 15 anos estão matriculadas/vão à escola. Há uma considerável redução do número de crianças que transitam para a classe seguinte (em 2012 havia 3.939 alunos na 1ª Classe, 2.222 na 3ª Classe e 606 na 6ª Classe).

Do universo estudantil 60% no Ensino Primário (da 1ª à 6ª Classe) são rapazes e 40% são raparigas. No 1º Ciclo do Ensino Secundário (da 7ª à 9ª Classe) a proporção de rapazes em relação às raparigas é de respectivamente 84% e 16%. E na única Escola Secundária do 2º Ciclo pública (da 10ª à 12ª Classe) do município, 61% são rapazes e 39% raparigas. Há também uma Escola Secundária/ de Formação de Professores semi-privada/comparticipada dirigida pela Missão Católica de Kalandula.

Formalmente/legalmente as crianças devem estudar até à 6ª Classe na sua comunidade, mas quase nenhuma das comunidades rurais têm uma instrução regular dado que geralmente faltam os professores ou o material educacional – frequentemente ambos. O número de jovens entre os 5 e os 15 anos escolarizados é aproximadamente de 78% do total (AMK 2016) – mas, como veremos, este número não está reflectido na pesquisa realizada para este estudo.

Saúde

O sector da saúde pública em Kalandula é gerido pela Repartição de Saúde e consiste em um Hospital Municipal, 4 Centros de Saúde e 10 Postos Médicos – de acordo com as estatísticas oficiais de 2013 e 2015 (AMK 2016, 2014). Além disso há um posto médico/enfermaria de maternidade ligado à Missão Católica, 50 parteiras tradicionais registadas e 30 agentes de saúde registados.

Ainda de acordo com os dados oficiais, 50% do pessoal de saúde encontra-se em Kalandula Sede. Entre estes estão um médico, um administrador/de saúde estatístico e um farmacêutico de Cuba e algumas enfermeiras e técnicos de saúde angolanos. Não há pessoal de saúde com qualificações para além do nível básico (Técnicos Básicos) nas outras quatro comunas do município.

Para além da escassez de pessoal qualificado, um denominador comum de todas as unidades de saúde – com a excepção parcial do hospital municipal – é que têm um acesso inadequado/ou não têm acesso a electricidade e água potável, o equipamento médico é pobre e há um acesso muito limitado a medicamentos.

Os dados oficiais de 2013 mostram que 88,5% dos agregados familiares do município tiveram pelo menos um membro doente nos 60 dias anteriores ao estudo, o que é confirmado pelo nosso estudo (ver abaixo). As doenças mais comuns são a malária, a diarreia aguda e as doenças respiratórias agudas (AMK 2016, 2014).

Outros Serviços

Não há instituições de justiça formais em Kalandula, mas o Registo Civil desempenha um papel vital para a população. O registo formal (Certidão de Nascimento, Bilhete de Identidade) é importante, não apenas para se estar “legal” mas também para aceder aos serviços básicos de educação, saúde, etc. A única repartição de Registo Civil está localizada em Kalandula Sede. Em 2013 59,6% da população não possuía qualquer cartão de identidade. A maioria destes (68,1%) queixava-se que a principal razão era ser demasiado caro (AMK 2014), não obstante as garantias legais de que o registo civil deve ser gratuito e universal.

O Departamento Municipal dos Assuntos Sociais é responsável pelo apoio aos grupos vulneráveis – definidos como os portadores de deficiência, idosos, sem abrigo, órfãos, viúvas e ex-militares. Em 2012 havia 1.799 pessoas registadas nestas categorias, mas o

“Só estamos a ouvir ‘de crise’, mas ninguém ainda não nos explicou porquê”.

– Mulher jovem, Kalandula

apoio estava limitado à distribuição de roupas usadas e comida a um pequeno número de beneficiários (AMK 2014).

Não há instituição municipal responsável pelo saneamento, mas a área é em princípio coberta pelos Serviços Comunitários. O seu trabalho real limita-se à remoção de resíduos sólidos na(s) principal(ais) rua(s) da sede do município. Não há, conseqüentemente, um sistema público de recolha de lixo/resíduos nas comunidades. A população é estimulada a exercer a limpeza e higiene do meio em que circulam e residem.

O abastecimento de água é da responsabilidade de um Departamento de Água dependente da Administração Municipal, mas os poços/furos só estão acessíveis para as instituições públicas/empregados na Sede e das comunas de Kota e Kateko-Kangola. Mais de 90% da população depende dos rios e afluentes para o consumo diário de água. Alguns poucos agregados familiares dispõem de pequenos reservatórios domésticos.

Por último, não há electricidade em Kalandula mas um sistema de geradores fornece as instituições e espaços públicos na Sede – num período de racionalização devido aos custos do combustível – e em algumas comunas. Algumas poucas famílias/agregados familiares têm geradores privados, mas mais de 90% dos agregados familiares não têm acesso a electricidade (AMK 2014).

De acordo com a própria Administração Municipal (AMK 2016:24), os principais problemas que enfrenta para realizar as suas tarefas são os orçamentos insuficientes, o número limitado de pessoal técnico, a falta de transporte e acomodação para o pessoal que trabalha fora da sede do município.



Produzindo material de construção. Foto: Gilson Lázaro.

3. AS COMUNIDADES

3.1 História Resumida

A esmagadora maioria da população em Kalandula é historicamente de origem Mbundu (sub-grupos Ginga, Songo e Ambaka), seguiu um padrão de parentesco matrilinear e eram agricultores e comerciantes (para mais informação ver Birmingham 1966; Miller 1976).

Os colonizadores portugueses fixaram-se na área em 1838, após a vitória sobre o povo de Kiluanje-Kiá-Samba, e estabeleceram o Presídio de Duque de Bragança – com fazendas e indústrias de manufatura de pequena escala principalmente na forma de fábricas de processamento de café, algodão e milho.

Os desenvolvimentos pós-independência foram marcados pela forte presença da guerra. Em 1995 o Governo/MPLA controlava apenas dois (incluindo Kalandula) dos 14 Municípios de Malanje (Lázaro 2015).

As pessoas das áreas rurais remotas de Kalandula (chamadas *kubata*) foram transferidas para aldeias ao longo das estradas a fim de se manterem sob o olhar e controlo político/protecção – mas muitas delas ficaram completamente abandonadas durante o tempo da guerra, tendo fugido para a cidade de Malanje ou para Luanda.

A sede do município, Kalandula, desfrutou de relativa segurança por as tropas do governo estarem na área, mas era difícil deixar a vila para fins agrícolas e muitas pessoas que lá viviam acabaram por fugir para a cidade de Malanje ou para Luanda.

Com as condições extremamente difíceis dos campos de refugiados, em particular na cidade de Malanje, alguns residentes voltaram para as suas aldeias antes de 2003 – onde a situação continuava a ser extremamente difícil (Lázaro 2015; Andrade, Carvalho e Cohen 2000).

A partir de 2003 muitas mais pessoas regressaram, incluindo pessoas que acharam que as condições na cidade de Malanje e em Luanda eram tão difíceis que preferiam a relativa segurança social e económica de Kalandula.

3.2 Cenário Institucional

Com excepção da sede do município (Kalandula Sede) e dos bairros adjacentes, nomeadamente do Tanque e Kalandula de Baixo (ver o Mapa), todas as comunidades/aldeias que fazem parte deste estudo estão localizadas ao longo de estradas de terra com casas construídas em linhas (relativamente) rectas e perto umas das outras – um legado da guerra em que o governo continua a insistir mantê-las assim.

Muitas pessoas queixam-se de que esta não é a forma tradicional/natural de organização da comunidade, onde as pessoas viviam muito mais espalhadas, perto dos seus terrenos agrícolas e com melhores opções para manter animais domésticos.

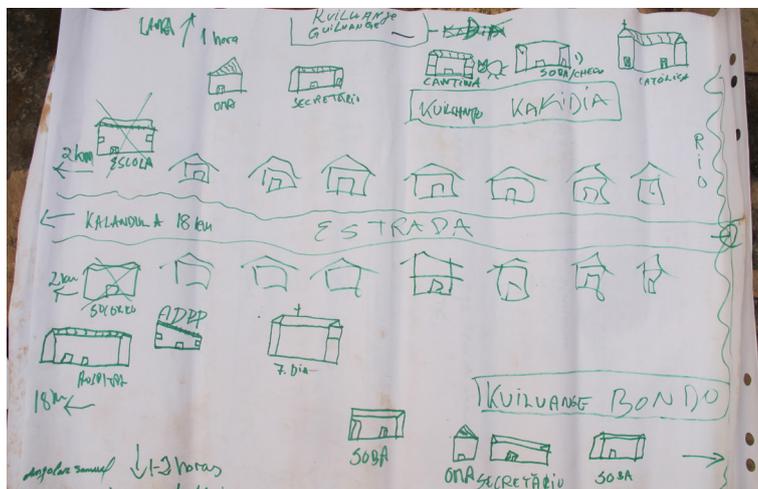
De acordo com alguns idosos, as aldeias/comunidades estão “demasiado cheias de gente”, com “demasiado barulho” e queixam-se de que isso tornou a vida mais difícil, dado que não se pode confiar em toda a gente, as lavras ficam muito longe e é difícil manter animais domésticos devido aos roubos frequentes e doenças.

Pedindo às pessoas para esboçarem o cenário institucional da sua aldeia através do Exercício de Mapeamento, a característica mais impressionante é a ausência/escassez de instituições públicas.

Isto é em parte o resultado da política de descentralização de Angola, onde apenas as sedes provinciais, municipais e, só em alguns casos, do comunais, têm serviços do Estado como a Polícia, o Registo Civil e os Assuntos Sociais.

Contudo, é também o resultado de um quase total colapso dos serviços sociais básicos de saúde e educação que – de acordo com as mesmas políticas – deviam estar presentes/ acessíveis nas comunidades rurais.

A instituição de maior relevo desenhada nos mapas das comunidades é o soba. O soba representa



Mapa da Aldeia.
Foto: Inge Tvedten.

tanto a tradição como o Estado, por ter raízes tradicionais e por ser aceite/pago pelo governo. Muitos deles são descendentes de uma linhagem, i.e. a primeira linhagem que ocupou a área, mas isto não evita que alguns tenham sido directamente nomeados pelo Estado se a administração assim entender necessário.

Praticamente todas as aldeias têm também um representante formal do partido MPLA, que actua como voz (e ouvido) do Partido nas aldeias. Esses representantes são geralmente habitantes da comunidade em questão. Na maioria das aldeias, os sobas são homens mais velhos enquanto o representante do MPLA é mais jovem e instruído. Embora os primeiros mantenham ainda uma influência considerável, o segundo actua frequentemente como o ‘porta-voz’ da aldeia.

Uma terceira instituição relacionada com o Estado/Partido, geralmente presente nas aldeias, é a Organização da Mulher Angolana (OMA). Embora possa não ter muita influência na aldeia como um todo, comparada com a do soba e do representante do Partido, tem influência nos bairros próximos e particularmente entre as mulheres.

A instituição mais difundida, com maior proliferação e seguidores, é a igreja. As dez comunidades em estudo têm pelo menos duas igrejas cada uma, sendo muitas vezes pequenas construções precárias com pastores/padres locais e congregações activas consistindo principalmente de idosos e mulheres.

Associações/cooperativas – que historicamente foram encorajadas pelo MPLA – são raras dada a crise económica e a produção limitada que forçaram as pessoas a tratarem em primeiro lugar da sua vida. Na(s) comunidade(s) onde estas instituições estão presentes, isto devia-se principalmente a intervenções externas de igrejas (PROMAICA, Escoteiros, Caritas) e de uma organização nacional não-governamental que apoia a agricultura (ADRA).

As comunidades mapearam também instituições/grupos informais estabelecidos por conta própria em torno de tarefas especiais como manutenção de estradas, acesso à água ou transporte (em períodos de emergência) – mas, como veremos, também a coesão/organização local parece se ter enfraquecido com a pobreza e a crise em curso.

3.3 Adaptações Económicas

Em comunidades marginalizadas/pobres em contextos similares a Angola, a estratégia comum para evitar riscos (culturas que não vingam, flutuações do mercado, despesas não previstas) é diversificar as fontes de rendimento. Em Kalandula, a característica mais saliente da adaptação económica das pessoas é a escassez dessas oportunidades e a concomitante dependência da agricultura.

Isto é em grande parte o resultado das características estruturais da economia: a marginalização das áreas rurais na economia política nacional; a distância/custos para os principais mercados; a crise económica, com preços locais elevados para os bens essenciais/mercadorias básicas; e o extremamente baixo poder de compra da população local.

A deprimida economia local é claramente visível na capital municipal: há apenas algumas lojas (as que existem pertencem geralmente a cidadãos de outros países africanos) e um mercado comunal local com uma gama limitada de mercadorias e dificilmente se vê qualquer actividade económica informal como barracas para vendas, cantinas e zungueiras que são comuns noutros conjuntos similares no continente.

As principais fontes de emprego e rendimento são como operários de construção informais (pedreiros, carpinteiros, canalizadores, etc.) e trabalhadores agrícolas, mas estes são sazonais/intermitentes, muito mal pagos e actualmente estão negativamente afectados pela crise económica.

Para as mulheres, as principais fontes alternativas de emprego/rendimento são a agricultura, como comerciantes de pequena escala, como pescadoras, como criadas



Trabalho Pesado. Foto: Inge Tvedten.

domésticas e a prostituição (para a qual há indício da existência de um mercado em Kalandula na forma de turistas e outros visitantes).

As únicas fontes de emprego formal são o governo/instituições públicas (administração municipal, construção, escolas, unidades de saúde, etc.). Muitas destas requerem qualificações formais que a população local não possui, mas é também extremamente difícil obter empregos não qualificados sem as ligações certas (políticas ou familiares) ou sem pagar subornos.⁹

Isto deixa a agricultura como a principal fonte de emprego e rendimento da grande maioria da população do município de Kalandula, bem como das dez comunidades em estudo.

As agências do Estado responsáveis pelo apoio à agricultura (Instituto de Desenvolvimento Agrário – IDA e Estações de Desenvolvimento Agrário – EDA) na prática não funcionam. Há três técnicos no município localizados em Kalandula Sede e Kota, mas que não têm nem autonomia nem orçamento. Alguns utensílios agrícolas estão disponíveis em armazéns comerciais locais na sede municipal, mas a custo elevado e em quantidades limitadas.

A produção agrícola em Kalandula é rudimentar, usando apenas as ferramentas agrícolas mais simples (machados, catanas, enxadas) e quase nenhum acesso ou uso de irrigação, sementes melhoradas, fertilizantes ou outros métodos melhorados – com excepção de cerca de 70 agregados familiares numa aldeia apoiada pela ADRA.

Ao mesmo tempo, há uma longa tradição histórica de agricultura comercial - bem como de subsistência; há um amplo acesso a terra irrigada pela chuva, excepto numa área limitada na vizinhança de Kalandula Sede; e há um enorme mercado potencial para produtos agrícolas, principalmente na cidade de Malanje e em Luanda.

A terra arável que ainda não foi desbravada está geralmente sob o controlo do soba, dado que ele representa a linhagem original da aldeia. A terra que já foi desbravada está sob o controlo dos mais velhos em linhagens separadas que residem na aldeia, normalmente entre duas e três linhagens para além da original. As pessoas estranhas à aldeia dependem do soba para receberem terra.¹⁰

A menos que o governo peça terra para os seus próprios fins ou venda de terra a investidores privados, o que pode fazer nos termos da Lei de Terras existente, toda a terra permanece sob o controlo dos sobas e das linhagens. É dado o acesso a terra a indivíduos de acordo com a sua origem, mas apenas na quantidade que sejam capazes de trabalhar.

A agricultura não irrigada/dependente da chuva é feita na base de um sistema rotativo de cultivo (pousios com rotação), embora a agricultura em terras húmidas próxima dos rios (hortas) seja feita através de uma combinação de irrigação natural e manual. Num contexto de amplo acesso à terra, o que determina quanto as pessoas podem produzir é o seu acesso ou controlo da mão-de-obra. As fases principais da produção (limpeza da terra, plantio, monda das ervas daninhas, colheita) são à partida todas de trabalho intensivo com claras divisões de trabalho entre homens e mulheres.

Em parte, para minimizar a mão-de-obra, a mandioca é de longe a cultura mais comum. Nas hortas são produzidas maior variedade de culturas, mas estas são mais trabalhosas e consomem muito tempo e não têm as mesmas conotações culturais profundas que a terra dependente da chuva.



Tempo para brincar.

Foto: Inge Tvedten.

⁹ De acordo com um entrevistado, nem um só posto foi abertamente anunciado no sector público nos últimos cinco anos, apesar da considerável rotação do pessoal.

¹⁰ Em algumas das aldeias observámos que os líderes de linhagem tentavam, e (por vezes) eram bem-sucedidos, estabelecer-se como uma espécie de “sub-soba”. Nestes casos encontravam-se vários bairros, cada um constituindo a sua própria aldeia. O soba original apoiava facilmente essas tentativas, que lhe traziam maior influência ao tornar-se num Soba Grande. No entanto, as autoridades do governo nem sempre eram favoráveis e podiam travar essas tentativas recusando-se a pagar os honorários correspondentes.

4. RELAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA

Voltando ao resumo da nossa abordagem analítica apresentada no Capítulo 1, as condições estruturais apresentadas no capítulo anterior têm consideráveis implicações na agência/espaço de manobra de homens, mulheres e crianças nas dez comunidades em estudo.

Ao mesmo tempo, o espaço para agência ou estratégias alternativas varia consoante a posição económica das pessoas – que definimos como o seu lugar numa escala de vantagem / desvantagem social. Agregados familiares/pessoas com recursos (na forma de mão-de-obra, rendimento, bens) e/ou relações sociais com pessoas em determinadas posições estão em melhor posição para mobilidade social do que as que os não possuem.

4.1 Percepções Locais

Ao avaliar as estratégias de sobrevivência/opções de mobilidade social do agregado familiar, consideraremos como ponto de partida as percepções das próprias pessoas (*emic*) sobre os níveis de pobreza, medidas através dos Grupos Focais/exercícios de Classificação de Riqueza. Todas as comunidades enfatizam que há dois degraus principais de pobreza – o

pobre normal (*ngandiama*) e o muito pobre/destituído ou ‘os que não têm nada’ (*kukunhi*) – e para que se ascenda a uma das duas categorias de ‘ricos’ (*nguenje* e os ‘super ricos’*juama*) é praticamente impossível nas actuais condições estruturais de constrangimentos sócio-políticos e pobreza.

Solicitados a listarem o que “os pobres” e “os ricos” têm/não têm, o argumento geral dos Grupos Focais foi que “os pobres não têm nada” e que “os ricos têm tudo”. Num dos grupos foi compilada a seguinte lista:

Pobres: “casa precária; telhado de caniço; não têm trabalho; não têm cadeiras; dormem em esteiras; as crianças não podem estudar; refeições feitas sem óleo, cebola e alho; comem Funje de bombó com folhas de mandioca; (só) comem arroz durante a celebração do Natal; não têm vestuário (adequado)”. Ricos: “casa de cimento com telhas; mobiliário de casa; emprego (formal); comem galinha ou cabrito nos fins-de-semana; vestem bem (fatos, sapatos); têm muitos campos grandes; contratam trabalhadores”. Face à pergunta “Como é que as pessoas se tornam ricas?”, as três principais respostas nos Grupos Focais foram: “Só Deus sabe”, “Trabalham arduamente” e “Trabalham para o governo”.

Solicitados por último a avaliarem quantos, em cada dez agregados familiares da sua aldeia, pertencem a cada categoria de pobreza (“Entre dez casas na sua comunidade, quantas casas são *ngandiama*, *kukunhi* e *nguenje/juama*?”), houve discussões particularmente acesas sobre a categoria de “rico”: embora

reconhecendo que algumas pessoas nas comunidades eram mais ricas do que outras (apontando as pessoas com geradores, antenas parabólicas, habitação melhorada e motocicletas), todos os Grupos Focais insistiram que não havia pessoas ricas na sua aldeia, dado que essas pessoas só viviam em “Kalandula Sede; cidade de Malanje e Luanda”. Para as duas categorias de pobres, a proporção de destituídos (*kukunhi*) ia de três a cinco e a proporção de pobres normais (*ngandiama*) ia de sete a cinco em cada dez agregados familiares.

4.2 O Agregado Familiar

A análise tomará como ponto de partida o agregado familiar enquanto unidade de tomada de decisões, a fim de determinar como se relacionam as pessoas nas comunidades com os constrangimentos e oportunidades estruturais políticos, económicos e socioculturais através da sua agência. Definimos um agregado familiar como sendo constituído de “Uma ou mais pessoas que partilham e usam os mesmos recursos [i.e. comem da mesma panela] e que podem viver ou não viver debaixo do mesmo tecto e que podem estar ou não estar

BAIRRO JUNGO DE CIMA

| POBRES | RICOS |
|---|--|
| <p>CASA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Galinha - Cuelhos - Mulher - MESA (SÓ) - Esteira/Cama - Estradas (pedras) - Panchas beargi <p>LAURAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - 0-3 pobres - Mandioca/bd/ginguba/micho - NÃO TEM JO PAGA - ANIMAS <ul style="list-style-type: none"> - Cabrito - Porco - Galinha - Bato - "SD já vai embora" | <p>BOA CASA ✓</p> <ul style="list-style-type: none"> - mobiliz + fugão - Electriciam - Carro - Gados - Emprego - Quintas - Conta bancaria - Tem saúde - Tem queijo formado - Esta a riação odo p <p>WUKUNHA x</p> <p>MAVUDI = SOLTEIRA (DIKUD)</p> |
| <p>VEGARDIANA</p> <p>KUKUNHI</p> | <p>NGUENJE</p> |

Classificação de riqueza.
Foto: Inge Tvedten.

relacionadas por laços de parentesco ou de afinidades” a fim de captar a permeabilidade das unidades de agregados familiares (Randall e Coast 2015).

Originalmente, os Mbundu de Kalandula eram matrilineares com um padrão de residência matrilocal, o que implica que a esposa e as crianças de um agregado familiar estavam estreitamente ligadas à linhagem dela e particularmente ao irmão mais velho da esposa. Isto representava uma segurança social para a esposa e para as crianças. Viviam com a sua própria linhagem e recebiam terra e outros direitos através dela.

No entanto, com o colonialismo, a guerra civil e a migração (urbana), o agregado familiar enquanto unidade social, mudou de carácter e tornou-se mais permeável. As unidades de agregados familiares que encontramos nas dez comunidades em estudo consistiam geralmente num casal com filhos; tinham geralmente a sua residência na aldeia do pai do marido (i.e. um padrão de residência patrilocal).

Isto significa dizer que os agregados familiares vivem agora frequentemente em aldeias onde nem a esposa nem o marido têm direito à terra, dado que o marido obtém os seus direitos através da linhagem da sua mãe e não do seu pai. Os agregados familiares têm também uma predominância de membros jovens – e muitas vezes têm uma história recente de separação e fusão de membros do agregado familiar.¹¹

Os casamentos tradicionais e a coabitação são as formas mais comuns de organizar uniões conjugais, sendo muito poucos os que se casam legalmente (Tabela 3). As pessoas também se tornam chefes do agregado familiar numa idade precoce, havendo muitos casais jovens a juntar-se em vez de se casarem. Isto reflecte as condições de pobreza: casarem-se formalmente implica despesas que muito poucas pessoas podem suportar. E os agregados familiares pobres consideram frequentemente que juntar-se é a única saída para casar as suas filhas, para evitar ter demasiadas bocas para alimentar.

O relativamente grande tamanho dos agregados familiares com 5 membros, comparado com a média nacional de 4,4 (Tabela 1), parece ser o resultado de uma combinação da definição de agregado familiar usada e da facilidade de estabelecer unidades separadas de agregados familiares – com fácil acesso à sua própria terra e habitações baratas feitas de material local. Os agregados familiares esforçam-se por ter membros suficientes para a sua adaptação económica/produção agrícola.

Do universo de 29,5% dos agregados familiares são chefiados por mulheres, o que está próximo da média nacional (INE 2016). Os agregados familiares mais pequenos são muitas vezes chefiados por viúvas, divorciadas ou mães solteiras. Embora algumas mulheres expressem que a vida de casada é dura, devido à pesada carga de trabalho doméstico, liberdade limitada e violência doméstica, ser solteira num contexto rural/tradicional como Kalandula implica consideráveis desafios de ordem prática, bem como socioculturais. Os homens têm tarefas importantes a desempenhar na agricultura, e não ter um homem em casa ou companheiro ainda transporta um estigma negativo na comunidade, particularmente para as mães solteiras.

Tabela 3:
Estado Civil do Chefe do Agregado Familiar

| Estado civil do chefe do agregado familiar | Percentagem |
|--|-------------|
| Solteiro | 11.7 |
| Casamento formal | 2.1 |
| Casamento tradicional | 43.5 |
| Cohabitante | 23.9 |
| Divorciado/separado | 2.1 |
| Viuvo(a) | 15.1 |
| Em falta/Não aplicável | 1.7 |

Tabela 4:
Composição do Agregado Familiar

| Características do Agregado Familiar | Número |
|--|-------------|
| Tamanho médio do agregado familiar (número) | 5.5 |
| Homens/mulheres nos agregados familiares (%) | 47.8 / 52.2 |
| Membros do agregado familiar entre 1 e 14 anos (%) | 43.1 |
| Membros do agregado familiar com 65 anos ou mais (%) | 6.3 |
| Chefes masculinos/femininos do agregado familiar (%) | 70.5 / 29.5 |
| Agregados familiares polígamos (%) | 21.2 |

¹¹ Todos os números provêm do Questionário aos Agregados Familiares de Kalandula de 2016 feito para este estudo, salvo indicação em contrário.

Uma característica que chama a atenção nas comunidades é o grande número de raparigas muito jovens que têm filhos/estão grávidas – algumas tão jovens que têm entre 12 e 14 anos de idade. Embora algumas façam parte do agregado familiar do pai da(s) criança(s), há uma tendência crescente de os homens não assumirem a responsabilidade nem paternal nem conjugal. Para as raparigas / mulheres jovens há geralmente duas opções: uma é permanecer no seu agregado familiar original e a outra é estabelecer um agregado familiar separado.

43,1% dos membros de agregados familiares têm menos de 15 anos de idade, o que à partida implica uma alta taxa de dependência. No entanto, muitas crianças têm pesadas responsabilidades domésticas, bem como relacionadas com o trabalho, e constituem assim uma parte importante da força de trabalho do agregado familiar. As crianças são também vistas como um valor em si mesmo: as pessoas declaram facilmente quantos filhos têm, e não ter filhos é visto como um sinal de desgraça e pobreza.

Relações Intra-Agregado Familiar

Os agregados familiares do estudo variam entre 1 e 17 membros.¹² Nos agregados familiares há à partida divisões estritas entre homens e mulheres/rapazes e raparigas e entre gerações. As mulheres nas comunidades são responsáveis por praticamente todas as tarefas domésticas, incluindo tomar conta das crianças, limpar, preparar a comida e ir buscar água – e as raparigas são socializadas nesses papéis desde muito novas (Tabela 5).

Tabela 5: Membros do Agregado Familiar Responsáveis pelas Tarefas Domésticas (Percentagem)

| Tarefa doméstica | Chefe do Agregado Familiar | Esposa | Raparigas | Rapazes | Outros* |
|------------------|----------------------------|--------|-----------|---------|---------|
| Limpar a casa | 21.8 | 51.5 | 18.0 | 0.8 | 8.0 |
| Limpar o quintal | 23.4 | 50.2 | 18.8 | 0.8 | 6.8 |
| Cozinhar | 22.1 | 54.0 | 19.3 | 0.4 | 4.2 |
| Ir buscar água | 22.2 | 46.4 | 20.5 | 2.9 | 8.0 |
| Comprar comida | 29.7 | 40.6 | 18.0 | 1.3 | 10.0 |
| Lavar utensílios | 21.8 | 43.5 | 24.7 | 4.2 | 5.8 |

*Inclui: os dois elementos do casal, todas as crianças, todo o agregado familiar, pessoas de fora do agregado familiar

Os homens são culturalmente/por princípio responsáveis pelo bem-estar do agregado familiar. Espera-se que tomem as decisões importantes e tragam rendimento para a família. Os rapazes também são socializados nos seus papéis de *'chefe da casa'* e ganha-pão da família e têm poucas responsabilidades domésticas (e por isso muito tempo para brincar, como testemunhámos muitas vezes).

As observações e discussões com as pessoas das comunidades mostram que as divisões de género nos agregados familiares são ainda muito fortes. As mulheres queixam-se frequentemente de que têm de obedecer ao que os seus maridos/cohabitantes dizem e que se não obedecem facilmente são alvo de punições físicas ou de outro tipo.

Tradicionalmente, há também expectativas socioculturais de incorporar os idosos no agregado familiar de um dos filhos (geralmente o filho mais velho no actual padrão de residência patrilocal) e de serem cuidados na velhice. A tradição também implica que familiares infelizes/pouco afortunados devem ser cuidados pelos membros da família alargada mais afortunados/em melhor situação.

12 Infelizmente não temos dados sobre a composição mais detalhada dos agregados familiares em termos de nuclear (mãe, pai, filhos), alargado (pais, irmãos, sobrinhos, sobrinhas, parentes por afinidade do chefe, etc.) e membros que não fazem parte da família. A nossa impressão do trabalho de campo é que a composição mais comum é com os pais, seus filhos e possivelmente netos.



Rapazes a brincar. Foto: Inge Tvedten.



Raparigas a trabalhar. Foto: Inge Tvedten.

No entanto, a pobreza e a subsequente pressão sobre o agregado familiar enquanto unidade doméstica força muitas pessoas a agir e a comportar-se de outras formas que não as que as expectativas socioculturais prescrevem. As mulheres que vivem sozinhas têm responsabilidades “masculinas” adicionais (como tomar decisões económicas e limpar as lavras), e também vimos homens desempenhando tarefas domésticas que não esperavam fazer (como varrer o quintal e ir buscar água).

Talvez o mais dramático seja que muitos idosos se encontrem sozinhos e por vezes sendo os únicos responsáveis por netos que os seus próprios filhos não são capazes de tomar conta. Assim, a pressão sobre os agregados familiares pobres contribui também para a sua permeabilidade – geralmente na forma de processos de separação da esposa, crianças e outros membros do agregado familiar.

Para os agregados familiares em melhor situação, porém, os membros da família alargada podem ser incorporados no agregado familiar a fim de o fortalecerem social e economicamente. Um grande agregado familiar dá prestígio e ter muitos membros produtivos no agregado familiar aumenta o número de estratégias económicas alternativas.

Relações Externas do Agregado Familiar

Para a maioria dos agregados familiares rurais é, pois, vital conseguir alargar as relações sociais para além do agregado familiar imediato, tanto por razões sociais como económicas. Isto não só requer ter família alargada - e outras relações de parentesco, como também ter recursos que tornem possível preencher as relações com conteúdo material, dado que poucas pessoas se podem permitir deixar reivindicações em aberto – mesmo sendo de familiares.

As estratégias mais comuns para alargar/dividir o agregado familiar e torná-lo mais flexível são: manter relações com a família alargada; através da poligamia (i.e. tendo os homens mais do que uma esposa/cohabitante); e dividir o agregado familiar em sub-unidades rural e urbana (frequentemente os homens jovens mudam-se temporariamente para a cidade). Todavia, como já mencionado, as cidades perderam recentemente alguma da sua relevância e atracção devido à crise em curso.

A tradicional ênfase na cooperação com a família alargada ficou sob pressão com a dispersão dos membros do agregado familiar alargado no seguimento da guerra, da urbanização e dos desafios de partilha/troca resultantes da pobreza. Os principais membros da família alargada, como os tios maternos (na tradição matrilinear) ou o irmão mais velho do pai (na tradição patrilinear) podem viver longe – e/ou não ser capazes de estar à altura das expectativas socioculturais.

21,3% dos agregados familiares chefiados por homens são polígamos. A poligamia tem uma longa tradição entre os Mbundu/em Kalandula e é usada como sinal de riqueza e prestígio/influência. No entanto, actualmente a poligamia parece estar menos formalizada,

havendo uma distinção pouco clara entre ter “co-esposas” e ter “amantes” (muitas vezes secretas).

Há também variações na natureza das relações polígamas: ‘co-esposas’ que estão integradas social e economicamente no agregado familiar do marido, mulheres polígamas que são *de facto* independentes/dependem delas próprias e mulheres polígamas que na realidade “sustentam” o seu marido com a sua produção agrícola ou outras formas de rendimento.

Por último, alguns agregados familiares têm pelo menos um membro que “come da mesma panela” mas que “não vive debaixo do mesmo tecto”.¹³ Estes membros são muitas vezes jovens que ou estão fora para estudar ou que vivem numa área urbana porque preferem esse estilo de vida e/ou para trabalharem e ganharem dinheiro. Também neste caso as relações com o agregado familiar baseado em Kalandula variam, desde pessoas com contactos regulares sociais e económicos a pessoas com as quais o agregado familiar apenas tem relações/apoio esporádicas.

Não obstante, a grande maioria dos agregados familiares depende dos seus próprios esforços e recursos. Apenas 28,3% tinham recebido qualquer espécie de apoio externo nos seis meses anteriores à entrevista, enquanto 36,1% afirmavam ter dado esse apoio (Tabela 6). A fonte de apoio mais comum para os que o receberam foi a família alargada/vizinhos, praticamente nenhum agregado familiar recebeu apoio do governo e nenhum o recebeu de organizações de ajuda/ONGs.

Tabela 6: Fonte de Apoio Externo ao Agregado Familiar (6 meses anteriores às entrevistas).

| Fonte Externa de apoio | Percentagem |
|--------------------------|-------------|
| Sem apoio | 69.9 |
| ONGs | 0 |
| INSS | 1.3 |
| Assistência Social | 1.3 |
| Serviço de saúde público | 1.3 |
| Família alargada | 14.2 |
| Vizinhos/amigos | 12.1 |
| Outros | 0.8 |

Tabela 7: Principal Ocupação do Chefe do Agregado Familiar.

| Principal Ocupação do Chefe do Agregado Familiar | Percentagem |
|--|-------------|
| Funcionário público | 7.5 |
| Sector privado | 3.8 |
| Agricultor | 69.9 |
| Empregado por conta própria, sem empregados | 4.5 |
| Estudante | 1.7 |
| Pensionista* | 0.8 |
| Doméstico(a) | 1.3 |
| Outros** | 9.2 |
| Em falta/Não aplicável | 0.4 |

* Principalmente antigos combatentes e autoridades tradicionais.

** Inclui jovens moto-taxistas e pessoas que afirmam não ter ocupação.

4.3 Emprego e Rendimento

A grande maioria dos agregados familiares das dez comunidades está envolvida na produção agrícola, tendo 91,2% as suas próprias lavras. Os que não as têm são principalmente idosos ou destituídos que não têm meios e força para trabalhar na agricultura. Olhando para a principal ocupação dos chefes dos agregados familiares, 69,9% são agricultores, 7,5% estão empregados no sector público, 4,5% estão empregados por conta própria e 3,8% estão empregados no sector privado (Tabela 7).

¹³ É provável que o número muito baixo registado no Estudo do Agregado Familiar em Kalandula seja uma sub-representação. AMK (2014) constatou que 24% dos agregados familiares em Kalandula têm pelo menos um membro que trabalha/vive numa cidade.

Agricultura

Em relação aos constrangimentos e oportunidades estruturais da produção agrícola discutidos acima (as condições ambientais, a escassez de apoio do Estado ou do sector privado, o amplo acesso à terra e o limitado mercado local), as pessoas nas dez comunidades praticam principalmente agricultura extensiva dependente da chuva. Entre os 91,2% dos agregados familiares que têm acesso a lavras, o número destas está igualmente distribuído entre os agregados familiares que têm uma (28%), duas (27,1%) e três (27,1%) lavras tendo os restantes quatro lavras ou mais.

Como observado, as pessoas da aldeia podem ocupar terra para cultivo de acordo com as suas necessidades/capacidade de produzir. Tanto os homens como as mulheres têm direitos sobre os terrenos em produção. Os homens são responsáveis principalmente pela limpeza da terra (árvores e arbustos nas lavras dependentes da chuva e cavar canais/regos nas hortas), enquanto as mulheres têm a principal responsabilidade de tirar as ervas daninhas, regar as hortas, colher e processar.

A maioria dos agregados familiares tem uma distância de mais de duas horas entre a habitação e a lavra, o que significa que o trabalho agrícola não só é exaustivo como também consome muito tempo. Duas razões parecem explicar as longas distâncias. Uma é que as lavras controladas pela matrilinearidade do marido estão localizadas noutra aldeia (próxima), a outra é que devem estar localizadas longe do local onde os animais (particularmente as cabras) pastam.

Embora a terra irrigada pela chuva não seja um constrangimento em si, os agregados familiares delimitam cuidadosamente os seus pedaços de terra em filas/secções chamadas *mubanga* (plural *mibanga*). O tamanho de cada secção é de aproximadamente 60 vezes 70 metros. De acordo com os nossos interlocutores, um agregado familiar normal necessita de três secções para ter o suficiente para alimentar os membros da família. No entanto, as pessoas referem-se apenas às secções que estão actualmente em produção, as lavras, e necessitam de terrenos adicionais quando o solo fica gasto – de preferência após um período de dois a três anos.

A mandioca é de longe a cultura mais importante (produzida por 95% dos agregados familiares), o que as pessoas explicam referindo a tradição/hábito, que requer menos mão-de-obra/cuidados, que não requer muita chuva/água e que não requer sementes. A raiz é usada para fazer bombó e constitui o principal produto, enquanto as folhas podem ser colhidas, cozinhadas e comidas como vegetais à parte (*kisaka*). A mandioca leva dois a três anos a amadurecer (dependendo das espécies), mas os agregados familiares pobres são muitas vezes forçados a colhê-la e a ingeri-la prematuramente. De um ponto de vista nutricional a mandioca não é muito valiosa (Mombo et al. 2016), mas isto não foi considerado nas aldeias como uma preocupação.

A maior parte dos agregados familiares tem de depender do trabalho da sua própria família para produzir o que necessita, mas apenas 31,1% dos agregados familiares em Kalandula conseguem actualmente produzir o suficiente para o consumo de todo o ano e/ou para comercialização (AMK 2014: 61). Os que não conseguem, enfrentam períodos de baixo consumo/fome ou dependem de outras fontes de emprego/rendimento para conseguirem comprar alimentos.

"Prefiro mil vezes morrer à fome do que morder a mandioca da lavra de outra pessoa para pagar-me 200 kwanzas. Mano, é a mesma coisa que escravatura"

– Agricultor, Kalandula



Campo de mandioca.
Foto: Gilson Lázaro.

Tabela 8: Consumo de Produtos Alimentares Básicos na Semana Anterior às Entrevistas

| Produto de consumo | Percentagem |
|--------------------|-------------|
| Carne | 21.7 |
| Galinha | 7.5 |
| Peixe | 91.3 |
| Bombó/arroz | 70.3 |
| Verduras/feijão | 86.2 |
| Pão | 26.7 |
| Leite | 3.8 |
| Ovos | 18.0 |
| Fruta | 30.1 |

Os agregados familiares em melhor posição para manter em alta/melhorar a sua produção são os que têm relações/meios de empregar mão-de-obra de fora do agregado familiar, através de um sistema chamado *mingota*. Estes trabalhadores podem ser membros da família alargada, mas são geralmente pessoas pobres da aldeia ou da sua vizinhança. As pessoas que vendem o seu trabalho são pagas em espécie ou em dinheiro – este último geralmente somas muito pequenas como 200 Kwanzas por dois-três dias de trabalho na produção de bombó.

Os mais pobres, sem acesso a recursos/força de trabalho suficiente, enfrentam escolhas difíceis: podem depender da sua própria terra/força de trabalho sabendo que provavelmente vão passar por períodos de fome, ou trabalhar nos campos de outras pessoas e assegurar um acesso mínimo a alimentos ou dinheiro – o que porá em perigo a sua própria produção e auto-estima.

A grande maioria nas aldeias alimenta-se de mandioca numa, duas ou três refeições, dependendo da quantidade que têm. A mandioca também é fácil de processar, é resistente e fácil de preservar e proporciona flexibilidade em termos de venda/comercialização (ver abaixo). O peixe é também um “alimento de base”, na forma de carapau barato ou de espécies locais (25,5% dos agregados familiares pescam para consumo). O



Horta em terra húmida.

Foto: Inge Tvedten.

que distingue os que estão em melhor situação dos mais pobres é até que ponto comem também mais a cobiçada comida “urbana”, como carne, galinha, pão e ovos (Tabela 8).

Na terra húmida junto dos rios, em princípio a terra é também “comunal” e acessível a toda a gente da aldeia. No entanto, a qualidade/produtividade varia com a distância/altitude em relação à fonte de água e os detentores do poder/influentes tendem a ser donos das hortas mais lucrativas e maiores. Cada horta está delineada por *vales/milombos* encheidos com água da principal fonte de água/rio e depois subdividida em terrenos mais pequenos, ou canteiros (também conhecidos por *mabakalas*) de cerca de cinco por dez metros, a fim de preservar a humidade.

Embora os homens sejam responsáveis por cavar e manter as valas (e por limpar a terra quando relevante), todo o trabalho adicional (regar, tirar as ervas daninhas, mondar, colher) é da responsabilidade das mulheres e crianças. Em fases críticas, os canteiros têm de ser vistos todos os dias e raramente vimos homens quando visitávamos as hortas (um homem que encontramos enfatizou firmemente que estava ali apenas para visitar e não para trabalhar).

A mandioca é cultivada em terra seca dependente da chuva. O feijão, amendoim e batata doce podem também ser cultivados em terra seca

durante a época das chuvas, embora os agregados familiares que produzem outras culturas tenham geralmente acesso a hortas (Tabela 9). As pessoas cultivam nas hortas uma grande variedade de culturas, incluindo cebola, alho, abacate, tomate, milho e beringela. Estes produtos são comidos como pratos de acompanhamento pelas pessoas que a eles têm acesso/podem fazê-lo, mas

Tabela 9:
Produtos Agrícolas
Cultivados na Última
Campanha.

| Produto Agrícola | Porcentagem |
|------------------|-------------|
| Feijão manteiga | 62.4 |
| Outros feijões | 51.8 |
| Couve | 11.5 |
| Alho | 20.6 |
| Cebola | 26.6 |
| Banana (de mesa) | 8.3 |
| Cana de açúcar | 6.0 |
| Vegetais | 13.8 |
| Abacate | 8.7 |
| Laranja | 2.8 |
| Papaia | 6.0 |
| Milho | 60.6 |
| Arroz | 0.5 |
| Banana (pão) | 3.2 |
| Mandioca | 97.3 |
| Amendoim | 64.7 |
| Abóbora-menina | 50.0 |
| Tomate | 39.9 |
| Batata | 34.9 |
| Batata doce | 64.2 |
| Manga | 9.6 |
| Outros* | 29.4 |

*Borodes, bringela, café, carage, gergelim, gimboa, jindungo, goiabeira, inhame, imenta, kiabo, kizaca, ngunda, quinhambe.

| Quantidade | Termo local | Kalandula (venda) | Luanda (compra) |
|------------|-------------|-------------------|-----------------|
| 3-4 kg | Siga | 250-300 | 1500 |
| 50 kg | Raso | 5000-6000 | 14 000-15 000 |
| 150 kg | Insakado | 8000-9000 | 20 000-19 000 |
| 160-170kg | Kusulado | 10000-11000 | 26 000-24 000 |

Tabela 10: Preços da Farinha de Mandioca em Kalandula e Luanda, em Agosto de 2016 (em Kwanzas)

são mais difíceis de conservar (apodrecem facilmente) e vender (dado haver um mercado local muito limitado e o transporte para centros populacionais maiores como Kalandula Sede, cidade de Malanje ou Luanda requer grandes quantidades para valer a pena). É muito menos provável as pessoas produzirem fruta (laranja, manga, banana, etc.).

Os agricultores dependem em grande medida dos comerciantes externos que vêm à aldeia para venderem os seus produtos. Alguns transportam, em bicicletas ou motocicletas, sacos de bombó para os mercados nas sedes de comuna/municipais, mas para pequenas quantidades os custos tendem a ser muito elevados para o nível de preços local. Comerciantes da cidade de Malanje e de Luanda chegam com grandes camiões, mas as pessoas queixam-se que eles vêm com intervalos irregulares (numa das aldeias, na altura da nossa visita, os comerciantes não tinham aparecido nos últimos três meses).

Os comerciantes geralmente trazem produtos básicos como peixe, roupa em segunda mão, baldes de plástico, óleo vegetal, sal, pilhas e detergentes para trocarem por produtos agrícolas. Sendo limitada a circulação local de dinheiro, as trocas são geralmente feitas na forma de permuta. As pessoas queixam-se de que a troca é injusta, mas dizem que os comerciantes argumentam que os produtos básicos são caros e os preços do bombó são baixos – preços esses que não podem controlar (ver a Tabela 10).

Em resumo: Os agricultores mais pobres e mais destituídos nas comunidades são aqueles que não têm acesso suficiente a mão-de-obra e que têm de mendigar ou trabalhar para outros para sobreviverem. Trabalhar nos campos de outros não é apenas uma tarefa extremamente mal-paga, mas também uma violação da própria essência de ser da pessoa completa e membro da comunidade. Para a grande maioria dos agregados familiares nas comunidades, a produção agrícola dificilmente é suficiente para a sua alimentação. Quando as pessoas vendem ou trocam o seu bombó, é muitas vezes para cobrirem despesas absolutamente necessárias com a educação, as doenças ou outras crises – o que para muitos agregados familiares terá de ser compensado com subsequentes períodos de fome.

Para os agregados familiares em melhor situação, que conseguem produzir um maior excedente, a venda da produção agrícola comercializável é geralmente feita aos, ou através dos, comerciantes ou grossistas da cidade de Malanje ou (mais frequentemente) de Luanda. Os que estão em melhor situação parecem preferir vender a dinheiro ou por troca de produtos básicos cujo preço conhecem/podem controlar.

Os agricultores nas aldeias/bairros que estão em melhor posição económica são os que podem cooperar com familiares ou outros contactos na cidade de Malanje ou em Luanda, comercializando directamente e obtendo preços mais altos – ou os que têm recursos e relações para permanecerem nos centros urbanos durante os períodos em que o mercado é bom.

Actividades Económicas Informais

O drama da pobreza em Kalandula/nas dez aldeias é a escassez de fontes alternativas de rendimento para além da agricultura. Tradicionalmente as pessoas estavam envolvidas numa variedade de actividades e muitas pessoas têm capacidades práticas, mas simplesmente já não há mercado para a maioria destas actividades. A lista de actividades que produzem rendimento em dinheiro aparece na Tabela 11 – permanecendo a agricultura a única fonte de rendimento da maior parte dos agregados familiares do município (ver também AMK 2014:57).

Nas próprias aldeias há algumas oportunidades na construção/reparação de habitações, cercas, poços, camas, etc. para pessoas que não a podem fazer elas próprias. Alguns, frequentemente os mais pobres, também ajudam em

Tabela 11: Fontes de Rendimento do Agregado Familiar*

* Estas são as fontes de emprego/trabalho das quais os agregados familiares reportaram rendimento em dinheiro/Kwanzas. Um agregado familiar podia reportar mais do que uma fonte de rendimento.

| Emprego | Percentagem |
|-----------------------|-------------|
| Emprego formal | 10.9 |
| Trabalhador doméstico | 1.3 |
| Comércio informal | 3.8 |
| Inquilino | 0.4 |
| Construção | 1.3 |
| Pedreiro | 2.5 |
| Electricista | 0.8 |
| Motorista de táxi | 0.8 |
| Outro** | 45.6 |

** Para além da agricultura, inclui (geralmente um caso de) mecânico, alfaiate, cabeleireiro, barbeiro, motorista de camião, pintor e pastor.

tarefas domésticas como limpar e ir buscar água. Há também mercado para a medicina tradicional e curandeiros, mas isso requer qualificações que muito poucos possuem.

Os jovens em particular estão conscientes da existência de outras opções de rendimento em dinheiro, mas dificilmente conseguem encontrar pessoas que possam comprar/pagar. Deparamos com pessoas com geradores que exibiam vídeos/DVDs; um jovem que alugava aparelhagem de som para casamentos e funerais; um jovem exercendo trabalhos de pedicure/manicure; pessoas que fazem camas/esteiras para dormir; e mulheres que fazem bolos recheados – mas todos com o denominador comum de poucos clientes e baixo rendimento.

As opções mais importantes de fontes alternativas de rendimento encontram-se no comércio e no artesanato, em particular na cidade de Malanje e em Luanda, mas muitas pessoas ficam de fora simplesmente por não terem possibilidades de pagar a deslocação/viagem – para não falar da acomodação (em consequência de uma crise,

queixam-se as pessoas, até têm de pagar quando ficam com familiares em Luanda).

A melhor opção/estratégia parece ser combinar a vida rural/agricultura com a vida urbana/rendimento informal. Encontrámos algumas pessoas que conseguiam fazê-lo. Muitas delas tinham uma história recente de se terem mudado de Malanje/Luanda para Kalandula e estavam em posição de manter uma habitação e contactos na cidade – frequentemente através de um membro da família que ficou para trás.

Rendimento, Despesa e Consumo

61,5% dos agregados familiares do estudo venderam parte da sua produção agrícola durante/depois da última época/campanha – porque conseguiram produzir um excedente ou porque tinham de a vender para cobrirem despesas indispensáveis. O rendimento médio dos que venderam produtos agrícolas foi de 29.100 Kz. Além disso, 61,5% dos agregados familiares reportaram algum rendimento e 38,5% nenhum rendimento nos seis meses anteriores à entrevista – i.e. depois de terminar a época agrícola anterior de 2014/2015.

Nesta linha, as despesas são também muito baixas. Na semana anterior à entrevista a despesa mais comum foi com a alimentação, o que geralmente é visto como sinal de pobreza (Tabela 12). Uma relativamente grande proporção de agregados familiares também gastou dinheiro em produtos de limpeza – mas muito poucos gastaram alguma coisa em outros itens. Embora seja um número altamente problemático em termos de cálculo, a despesa média semanal de um

agregado familiar foi de 17.409 Kz.¹⁴

Ao mesmo tempo, as pessoas substituíram vários produtos básicos por alternativas mais baratas e de qualidade mais baixa: o óleo vegetal foi substituído por óleo de amendoim (moamba de jinguba) – tendo algumas confirmado comer bombó e kisaka sem qualquer acompanhamento;



Sonhos urbanos. Foto: Inge Tvedten.

Tabela 12: Proporção de Agregados Familiares com Despesas na Semana Anterior à Entrevista.

| Item | Porcentagem |
|---------------------|-------------|
| Comida | 66.1 |
| Produtos de limpeza | 44.4 |
| Renda | 1.3 |
| Roupas | 3.8 |
| Água | 1.3 |
| Material escolar | 4.6 |
| Iluminação | 13.4 |
| Pilhas | 18.8 |
| Medicamentos | 15.1 |
| Transporte | 15.1 |
| Televisão | 2.1 |
| Empregado doméstico | 0.4 |
| Comunicação | 9.2 |
| Outro | 0.4 |

¹⁴ As pessoas têm problemas para se lembrarem do que gastaram e muitas vezes não estão muito interessadas em revelar valores exactos desta natureza – muito embora os números com a despesa tendam a ser mais exactos do que os relativos ao rendimento.

o petróleo refinado anteriormente usado no candeeiro para iluminar a casa à noite foi substituído pela fogueira; e o sabão que anteriormente era usado para o banho e lavagem de roupa e de pratos/chávenas foi substituído pelo detergente OMO¹⁵, muito mais barato.

Habitação e Bens

O nível de pobreza nas comunidades está também reflectido nos seus haveres. A propriedade de certos bens é invejada, vista como sinais de riqueza e progresso e um bom indicador da diferenciação entre pobres e menos pobres.

O maior investimento/bem mais importante para as pessoas é a habitação. O tipo e o tamanho da habitação de alguém têm implicações práticas (espaço onde se vive, protecção contra vento e chuva, saúde, etc.), mas é também visto como um sinal de riqueza e estatuto. Uma casa em estado precário requer inputs consideráveis de mão-de-obra para manter as paredes, tectos, etc. Construir uma casa de duas-três divisões demora cerca de quatro-cinco dias e o trabalho é geralmente feito por equipas de jovens sob a orientação de um construtor mais velho. Para os mais pobres, sem dinheiro para pagarem a mão-de-obra, construir e manter uma casa é um processo longo e cansativo e alguns deles vivem



Habitação rural. Foto: Inge Tvedten.

efectivamente sem protecção física.

A grande maioria dos agregados familiares (91,6%) não tem um título de propriedade formal da sua casa, mas não considera que isso seja um problema. A maioria (90,4%) também usa barro para as paredes e chão, o qual é fácil e barato de obter. 83,7% usam nos telhados chapa de ferro/chapa em vez de capim. O tamanho das habitações varia de acordo com as possibilidades económicas e a dimensão do agregado familiar: 31,8% das habitações têm duas divisões (excluindo a cozinha e a despensa), 22,6% têm três divisões e 26,8% têm apenas uma divisão. No entanto, também testemunhámos famílias grandes e pobres vivendo em condições extremamente amontoadas numa única divisão de má qualidade.

Os dados do Estudo sobre a posse de bens essenciais revelam um resultado aparentemente surpreendente num contexto sem electricidade: 32,9% dos agregados familiares têm TV e 18,6% têm um vídeo/DVD. Como deduzido das observações no terreno, muitos destes aparelhos actualmente não funcionam, mas o número reflecte que muitos agregados familiares têm relações

| Bem | Percentagem |
|------------------|-------------|
| Rádio | 32.1 |
| Televisão | 32.9 |
| Video/DVD | 18.6 |
| Telefone | 35.8 |
| Relógio | 21.7 |
| Cama | 50.4 |
| Cadeiras | 64.6 |
| Mesa | 61.3 |
| Fogão eléctrico | 21.7 |
| Fogão a gás | 17.9 |
| Ferro de engomar | 8.6 |
| Geleira | 6.3 |
| Cadeirão | 7.1 |
| Lençóis | 81.7 |
| Mala | 61.7 |
| Cobertor | 67.1 |
| Cesto | 58.3 |
| Cortinas | 72.9 |
| Bicicleta | 3.3 |
| Motocicleta | 19.2 |
| Automóvel | 1.7 |

¹⁵ O OMO é a designação comumente utilizada para se referir ao sabão em pó, de uso diverso.

Tabela 13:
Posse de Bens pelo Agregado Familiar

ou têm história em áreas urbanas onde a TV é um símbolo importante de “sucesso” e “modernidade”. 35,8% dos agregados familiares têm um telefone/telemóvel, mas isso não reflecte o uso real: a maior parte dos agregados familiares vive em comunidades rurais sem rede ou com rede/ligação limitada, e muitos não têm dinheiro para comprar crédito. Para quem tem dinheiro, o telefone/telemóvel é considerado uma vantagem não apenas socialmente, mas também economicamente, em termos de comunicação sobre mercados e preços.

Tabela 14:
Nível de Educação mais Alto no Agregado Familiar

| Nível de educação | Percentagem |
|------------------------|-------------|
| Nenhum | 14.2 |
| 1ª à 5ª classe | 39.8 |
| 6ª à 7ª classe | 27.2 |
| 8ª à 10ª classe | 9.2 |
| 11ª à 12ª classe | 8.0 |
| Profissional (média) | 0.4 |
| Bacharelato | 0.4 |
| Licenciatura | 0.4 |
| Em falta/Não aplicável | 0.4 |

Outros bens essenciais são um reflexo mais natural de viver em comunidades rurais pobres: a maioria dos agregados familiares tem bens básicos como camas, cobertores, mesas e cadeiras (embora muitos em muito más condições); relativamente poucos têm bens que são considerados importantes e mais caros, como televisão, telefone e bicicletas; e praticamente nenhum tem bens muito caros/inaccessíveis como automóveis, motocicletas e relógios. Talvez que a melhor representação dos muito pobres seja os agregados familiares que não têm bens básicos como mesas, cadeiras e camas nem esteiras onde se possam sentar e dormir. Isto não só tem implicações práticas na vida diária das pessoas como também viola expectativas culturais profundas sobre como viver/receber visitas.

Geralmente não são mantidos animais domésticos para consumo regular, mas sim para poupança e para uso em ocasiões especiais como nascimentos, casamentos e funerais. Apenas um dos 240 agregados familiares do Estudo tem gado e apenas 16,7% têm cabras, que são consideradas importantes para manifestações culturais. O animal mais comum é a galinha (possuída por 31,8% dos agregados familiares), seguida pelo porco (7,1%), patos (1,3%) e pombas (0,1%). Também a posse de animais aponta para as comunidades muito pobres.

4.4 Serviços Públicos/Sociais

Como demonstrado no Capítulo 2.3, há sérios constrangimentos estruturais em termos de prestação de serviços públicos essenciais às 458 aldeias/bairros e sua população de 80.000 pessoas em Kalandula. As pessoas têm de se relacionar com isto da melhor forma que podem, a partir da posição em que estão, através de uma combinação de adaptação, desafio e desânimo. Assim, o que fazem as pessoas?

Educação

O nível geral de educação é muito baixo. 54% dos agregados familiares não têm membros com educação acima da 6ª Classe – o que, no actual contexto/fraco sistema de educação, implica analfabetismo funcional. Entre os agregados familiares com crianças em idade escolar (dos 6 aos 15 anos), 43% não enviam nenhuma das suas crianças à escola.

Entre as crianças que estudam, muitos dos mais jovens (até à 3ª Classe) frequentam escolas públicas da aldeia/bairro onde vivem; e algumas vão a escolas públicas na sede do município/ comuna. Dificilmente alguém vai para escolas privadas/colégios. Numa comunidade maior, acima da 3ª Classe muitos percorrem 12 km todos os dias para poderem frequentar a escola. Não há transporte público regular e os custos do transporte privado, se disponível, são demasiado elevados.

Em alguns casos, os pais têm organizado nas comunidades escolas informais com um professor não qualificado ou explicador, à sua própria custa – embora raramente com muito sucesso. Além disso, este tipo de educação não é reconhecido pelo Estado e portanto não dá à criança o direito de subir/transitar mais tarde de classe no sistema de ensino público.

De acordo com o Estudo, os agregados familiares pagam em média por período 3.827 Kwanzas pelo material escolar. Contudo, na realidade pagam mais. O acesso à educação é complicado por um sistema generalizado de suborno/corrupção entre os professores. Se as crianças faltam às aulas cinco vezes, os pais têm de pagar multas de 50–200 Kwanzas de

Tabela 15:
Tipo de Escola Frequentada

| Tipo de escola | Percentagem |
|--|-------------|
| Escola pública no bairro/aldeia | 42.7 |
| Escola pública na sede do município/comuna | 12.6 |
| Escola privada (colégio) | 1.3 |
| Outro (explicação) | 3.8 |
| Em falta/Não aplicável | 39.8 |

cada vez e a incapacidade/recusa de pagar leva à expulsão. Para muitos professores estas multas são uma fonte importante de rendimento adicional num emprego que à partida é mal pago.

Como a maioria das escolas nas comunidades oferece apenas escolaridade até à 3ª Classe, os pais que querem que os seus filhos continuem a estudar geralmente têm de os mandar para fora, para a sede da comuna ou para Kalandula Sede. Alguns conseguem ficar com familiares e outros têm de pagar o alojamento, mas para a grande maioria dos agregados familiares um nível de educação mais alto implica despesas impossíveis de suportar.

Apesar de algumas pessoas ainda verem o valor da educação como uma possível via para sair da pobreza, os constrangimentos estruturais e as poucas crianças que conseguiram progredir no sistema e com isso beneficiaram na forma de emprego e rendimento leva a maioria dos pais a manterem os seus filhos na aldeia/bairro para trabalharem na agricultura ou em casa.

O nível de educação mais alto que é possível obter no município é a Escola Secundária/de Formação de Professores. Talvez que a mais devastadora implicação do generalizado sistema de corrupção e nepotismo na educação seja a contratação de professores na cidade de Malanje, Luanda e em outras áreas urbanas, à custa dos professores locais: os locais não apenas desejariam viver nas comunidades locais e estariam mais presentes, como serviriam também de modelo a seguir.

Saúde

Na saúde há um número muito limitado de unidades e apenas um punhado de pessoal qualificado (ver o Capítulo 2.3). A doença está generalizada nas comunidades e tem fortes implicações na produção e rendimento, pobreza e bem-estar, bem como no sentimento de vulnerabilidade das pessoas. 86,6% dos agregados familiares reportaram que tinham tido pelo menos um membro da família doente no mês anterior à entrevista.

As doenças mais comuns que ocorrem entre os membros dos agregados familiares são a malária, febres, diarreia e vômitos – o que coincide com outras fontes de dados (AMK 2014). De acordo com a população local (e confirmado pelo pessoal da saúde) muito poucos agregados familiares usam rede mosquiteira – não porque não queiram mas porque não estão disponíveis. Por outro lado, as pessoas estão bem conscientes de que muitos dos seus problemas de saúde resultam da má qualidade da água e do saneamento.

Em casos de doença grave, as pessoas das comunidades tentam dirigir-se à unidade sanitária mais próxima, usando de transporte motorizado ou – para a maioria que não tem acesso ou dinheiro – a pé. ‘Transporte motorizado’ geralmente significa uma motorizada, com o doente atado ao motorista para não cair. Chegadas ao destino, as pessoas são confrontadas com longas bichas e pedidos de pagamento (*para-cheque* de 500 Kz) – embora mesmo assim acabem por não receber o tratamento/medicação de que necessitam.

A escassez e as despesas das instituições sanitárias implicam que as pessoas normalmente adiem à procura de tratamento na esperança que a doença se cure por si mesma – ou resolvem recorrer aos curandeiros/remédios tradicionais (incluindo o ‘Ginseng de Kissongo’, ‘Kibalala’ e ‘Malolambula’ na língua local).

Com a extremamente grave situação da saúde, as pessoas estão acostumadas às mortes e funerais (sem que isso os torne menos dramáticos e dolorosos). 44,7% dos agregados familiares passaram por experiências de morte de crianças com menos de cinco anos e apenas 18,7% da população tem 50 anos de idade ou mais.

A marginalização e a pobreza deixaram também a sua marca nos funerais. As pessoas dizem que costumavam ser grandes acontecimentos reunindo muitos familiares e não

Tabela 16: Agregados Familiares com Membros Doentes, por Doença, no Mês Anterior à Entrevista

| Doença | Porcentagem |
|------------------------|-------------|
| Malária | 51.9 |
| Febres | 71.1 |
| Tosse | 51.1 |
| Vômitos | 39.3 |
| Diarreia | 40.6 |
| Febre tifoide | 20.1 |
| Cólera | 4.6 |
| Hipertensão | 31.8 |
| Acidente de viação | 8.0 |
| Dor de dentes | 38.9 |
| Dores de estômago | 38.1 |
| Outra | 19.7 * |
| Em falta/Não aplicável | 0.4 |

* Geralmente inclui diferentes tipos de dores e malnutrição/anemia.



Posto de água.
Foto: Gilson Lázaro.

Tabela 17:
Uso de Instituições Públicas
nos Seis Meses Anteriores às
Entrevistas

| Instituição pública | Porcentagem | Avaliação de qualidade (1=muito mau; 5=muito bom) |
|---------------------------------|-------------|---|
| Escola primária (1-6) | 60.4 | 3.30 |
| Escola secundária (7-12) | 21.3 | 3.51 |
| Escola de formação profissional | 5.4 | 3.89 |
| Universidade | 0.8 | 3.50 |
| Posto médico | 9.6 | 2.97 |
| Centro de saúde | 6.8 | 3.24 |
| Hospital | 47.1 | 3.04 |
| Maternidade | 10.0 | 3.00 |
| Administração Pública | 12.1 | 3.10 |
| Registo Civil | 9.6 | 2.80 |
| Polícia | 7.5 | 3.14 |
| Tribunal | 0 | - |

familiares, mas actualmente tomam em geral a forma de manifestações privadas chamadas murako. O corpo é colocado num buraco escavado dentro da habitação e embrulhado em folhas de bananeira, com o fim de o preservar durante o tempo suficiente para os familiares poderem comparecer à cerimónia no cemitério nas vizinhanças da aldeia.

Outros serviços

A maioria das comunidades não tem qualquer acesso a serviços públicos como transporte, saneamento e água potável. As estradas são muito más e a quase ausência de transportes públicos e privados podem ter as *mais* consistentes implicações na vida diária das pessoas. Não só inibem as viagens e o comércio, como também instilam nas pessoas um sentimento muito forte de insegurança e vulnerabilidade. Se alguma coisa acontece, as pessoas sabem que será difícil, quando não impossível, procurar ajuda fora da comunidade.

O trabalho de obter água está personificado nas mulheres e raparigas, que geralmente gastam horas por dia caminhando até fontes de água que elas sabem ser inadequadas para o consumo humano. Num Grupo Focal com 20 mulheres, chegou-se ao entendimento de que um agregado familiar normal gastará entre 60 e 100 litros de água por dia. Todos dependem principalmente da água dos rios, mas tentam também, quando possível, recolher a água da chuva em pequenos tanques ou cacimbas. Há dois problemas de que se queixam: a distância até ao rio e a má qualidade da água.

Não há electricidade em Kalandula, e só meia dúzia de agregados familiares nas comunidades tem gerador. Ao explicarem o que lhes falta por não terem electricidade, a maioria das pessoas realçam os problemas com cozinhar, estudar e os perigos de andar em locais escuros. Muitas também se queixam de que “não podem ver TV e estar informadas” e que os jovens não podem ver “desenhos animados, filmes e telenovelas” – mostrando mais uma vez o quanto os pobres rurais estão em posição de comparar a sua vida com o mundo fora das suas comunidades rurais.

Embora o Estudo indique que uma proporção relativamente grande de agregados familiares usou instituições sociais básicas de educação e saúde nos seis meses anteriores à entrevista, a nossa análise qualitativa revelou que essas instituições estão acessíveis a

intervalos muito irregulares e que são de muito fraca qualidade. Apesar disso, o Estudo também mostra que as pessoas estão relativamente satisfeitas com os serviços que existem (Tabela 17). Justapondo esta constatação com as queixas quase unânimes e a zanga nos grupos focais e entrevistas individuais com os líderes das comunidades e a população em geral, a explicação mais provável é que as pessoas recebiam/estavam incertas sobre a forma como os dados seriam usados e se seriam escrutinados pelas autoridades.

4.5 Relações na Comunidade

A noção de ‘comunidade’ em Kalandula é complexa – num contexto em que o estado nacional tem um forte impacto sobre a vida



Agricultor com gado.
 Foto: Gilson Lázaro.



A Igreja Católica de Kalandula. Foto: Inge Tvedten.

das pessoas, os agregados familiares raramente passam todo o seu ciclo de vida num só lugar e as relações sociais localizadas exprimem a semelhança e favorecem a diversidade. 57,3% dos chefes de agregados familiares do Estudo nasceram na comunidade onde actualmente vivem e entre os restantes a grande maioria nasceu em Kalandula. As principais razões para se terem mudado para a actual aldeia/bairro eram – por ordem de importância – a família, o trabalho/emprego, melhores condições de vida, a guerra e problemas com feitiçaria.

O símbolo mais importante da “comunidade” é o soba (com os níveis de soba grande/regedor, soba e sub-soba/sekulu), e a forma como corporiza a história das comunidades individuais.

Como é evidente na maioria das comunidades, os sobas ainda detêm uma considerável autoridade e são um ponto de referência constante quando se discutem questões da comunidade com as pessoas. Quando o soba convoca uma reunião e as pessoas aparecem, é ele que tem a última palavra na distribuição ou acesso à terra e arbitra conflitos domésticos e de outra natureza.

Não obstante, são também susceptíveis à resistência. Embora nunca em público, as pessoas manifestavam zanga e preocupação quando achavam que o soba representava os seus próprios interesses em vez de defender os interesses da comunidade (como nos casos em que tinha vendido/dado terra a interesses externos). Além disso, o soba parecia ter menos influência nos bairros “urbanos” de Kalandula Sede, onde as pessoas vendem por conta própria terra e casas e fazem outros actos que desafiam a autoridade do soba.

Por último, sendo os sobas crescentemente vistos como representando tanto a tradição/a comunidade como o Estado/Partido, o soba é também associado à escassez de serviços sociais e à crescente pobreza que as pessoas experimentam. A maioria dos sobas também é pobre e não tem recursos para ajudar os mais destituídos, que precisam de apoio externo para sobreviver, como é tradição.

Embora o soba represente o sentimento político/simbólico de comunidade nas aldeias, as igrejas têm o impacto/papel social mais imediato. Para além das suas conotações espirituais, as igrejas são importantes lugares de encontro, particularmente para as mulheres. A maioria são igrejas convencionais globais (95,8% dos agregados familiares da nossa amostra são Católicos, sendo os remanescentes Adventistas, Metodistas, Protestantes, Evangelistas do 7º Dia e Testemunhas de Jeová) – uma fé que para 19,7% dos agregados familiares é combinada com a prática dos cultos dos antepassados).

A igreja Católica tem uma longa e importante tradição em Kalandula, atraindo muitas pessoas para as suas cerimónias religiosas e, como vimos, tem também actividades

Tabela 18: Principal problema na comunidade

| Problema | Percentagem |
|------------------------|-------------|
| Falta de emprego | 2.9 |
| Roubos/ladrões | 1.3 |
| Conflitos de terra | 0 |
| Conflitos de água | 0 |
| Falta de electricidade | 25.4 |
| Falta de saneamento | 5.0 |
| Falta de água potável | 26.7 |
| Más estradas | 7.9 |
| Delinquência | 0.4 |
| Falta de polícia | 2.5 |
| Outros* | 27.1 |
| Em falta/não aplicável | 0.8 |

* Falta de serviços de extensão agrícola, moinhos, postos médicos, sementes (melhoradas), tractores e violência doméstica.

importantes relacionadas com a educação e a saúde. No entanto, ao nível das comunidades/aldeias dificilmente qualquer das igrejas tem recursos para ajudar membros da congregação, para além do que os membros individuais fazem para se ajudarem uns aos outros.

Argumentámos acima que a pobreza e a vulnerabilidade tendem a forçar as pessoas a cuidarem principalmente de si próprias e da sua família imediata. No entanto, contaramos

que a velha tradição do trabalho agrícola colectivo chamado *Kisole* – em que as pessoas cooperavam para limpar o terreno e organizá-lo em campos individuais ou *mibanga* – está a reaparecer em algumas comunidades. Há também casos em que os membros da comunidade juntaram forças para melhorar/limpar espaços públicos/instalações vitais como praças centrais, estradas e pontos de água.

Apesar da situação de extrema pobreza encontrada nas comunidades, as pessoas argumentam que crimes e roubos acontecem

muito raramente e que quando acontecem são feitos por pessoas de fora da comunidade. Isto pode ser o resultado combinado do controlo social numa sociedade coesa e de um sentimento da importância de preservar a coerência da comunidade.

Isto não quer dizer que não haja tensão nas comunidades. Talvez que a principal tensão seja entre os membros mais velhos da comunidade que viveram a guerra colonial e civil, a incerteza e que desejam viver em paz, e os jovens que têm aspirações que não podem satisfazer. Os primeiros ainda tendem a ser ardentes apoiantes do MPLA e sépticos em relação a quem vem de fora (*mukwakisa*), enquanto os últimos apoiam movimentos políticos alternativos e clamam que são mais tolerantes em relação aos outros.

Domesticamente também há tensão. As mulheres dizem que há muito alarido e gritaria: pais que gritam com os seus filhos, mães que gritam com as suas filhas, e que há violência contra as mulheres. De acordo com uma jovem mulher: “Não há polícia. Se levamos o caso até ao soba, ele é homem e estará sempre de acordo com o homem. A única coisa é a nossa família”.

De acordo com o Estudo, os principais problemas que as comunidades enfrentam são a falta de água, a falta de electricidade e as más estradas que têm impacto directo no bem-estar das pessoas e no sentimento de serem marginalizadas. A limitada ênfase dada às oportunidades de emprego – que podiam remediar muitos dos problemas que as pessoas enfrentam na sua comunidade, bem como na sua vida privada – reflecte provavelmente que as pessoas simplesmente não acreditam que seja uma opção realista.

Não obstante terem experimentado poucas, se algumas, intervenções tangíveis por parte do Governo, as pessoas atribuem esmagadoramente ao governo Central/Provincial a responsabilidade de melhorar a situação das suas comunidades. Têm menos expectativas/fé no governo local municipal e de comuna e na chefia da aldeia/bairro, que conhecem bem – e não parecem considerar sequer as organizações de ajuda/ONGs como uma alternativa.¹⁶

Tabela 19:
Responsabilidade pela
resolução dos problemas da
comunidade

| Problema | Percentagem |
|----------------------------|-------------|
| Governo central/provincial | 79.1 |
| Município | 7.5 |
| Comuna | 2.1 |
| Chefe da aldeia/bairro | 7.5 |
| ONGs | 0.4 |
| Outros | 3.4 |

Rio Luxilo, Kalandula.
Foto: Gilson Lázaro



¹⁶ O que faz sentido: a ajuda ao desenvolvimento é quase inexistente em Angola e representa 0,8% do PIB.

5. DINÂMICA DA POBREZA

Como argumentado na parte inicial deste relatório, a dinâmica da pobreza rural em Malanje só pode ser compreendida através da articulação entre constrangimentos estruturais políticos, económicos e socioculturais e a agência de homens, mulheres e crianças pobres. Conforme se pode ver na Tabela abaixo, a maioria dos agregados familiares nas dez comunidades acredita que a sua situação se deteriorou ou permaneceu na mesma nos últimos cinco anos.

A análise revelou uma situação de profunda opressão estrutural, tanto de um sistema estatal/político como de uma economia em crise e com responsabilização mínima. As pessoas também personificam uma história volátil de guerra e migração – que se soma a um sentimento básico de vulnerabilidade.

Mostrámos também que a economia política tem repercussões nos níveis mais baixos do governo: não só faz com que o Município/Comuna tenham pessoal e recursos muito limitados, mas a procura de rendimento e a corrupção limitam mais o que o Estado presta em termos de serviços.

Economicamente, estar nas margens rurais significa que o mercado é mais pobre e mais frágil, os bens essenciais mais escassos e a exploração dos agentes económicos mais profunda, o que limita as opções de geração de rendimento.

Neste contexto, as pessoas agem o melhor que podem a partir da posição em que estão. A grande maioria da população está essencialmente confinada à sua comunidade local com muito poucas alternativas de emprego e rendimento. A agricultura continua a ser o principal suporte da economia local e a principal fonte de subsistência e rendimento, mas com meios de produção rudimentares que limitam as opções de desenvolvimento/crescimento.

O espaço para agência local/da comunidade está também afectado por constrangimentos socioculturais. As comunidades são altamente patriarcais, com estritas divisões de trabalho tanto no espaço público como no privado. As mulheres em agregados familiares monoparentais têm mais espaço para agência enquanto principais responsáveis pelas decisões, mas tendem a estar mais limitadas pela pobreza do que os agregados familiares chefiados por homens.

O tecido sociocultural de género e idade é mantido através de uma socialização estritamente segregada por género de rapazes e raparigas, que desempenham principalmente as tarefas dos seus pares masculinos e femininos. Para as raparigas, o seu estatuto e papéis parecem estar segmentados pela maternidade muito precoce e pela privação de educação.

A pobreza extrema e a longo prazo está personificada na necessidade de agir 'ad hoc' a fim de satisfazer as necessidades imediatas de alimento, abrigo e vestuário e uma concomitante dificuldade de planear a longo prazo. As implicações resultantes variam desde a incapacidade de investir em novas formas de meios de subsistência até manter as crianças em casa e na lava em vez de as mandar à escola.

A mobilidade social baseia-se numa combinação de constrangimentos e oportunidades estruturais e nas percepções das pessoas sobre as alternativas/possibilidades de mudança. Em Kalandula, a submissão parece ser mais comum do que a resistência. Há um sentimento básico de impotência e vulnerabilidade entre as pessoas das comunidades e muitas pessoas vivem vidas precárias.

Com base nos estudos de casos de agregados familiares que conseguiram melhorar/manter a situação de relativo bem-estar, uma pré-condição para a mobilidade social ascendente, parece ser a capacidade de estabelecer/manter relações sociais fora da comunidade local. Alguns conseguiram explorar essas relações e obter progresso material, enquanto outros se tornaram conscientes de opções alternativas e perseguiram-nas.

A grande maioria das pessoas das comunidades que estudámos está efectivamente presa à pobreza e não é provável que as condições se alterem sem que haja uma profunda mudança estrutural. Conforme se vê na

Tabela 20: Mudanças no Agregado Familiar nos Últimos Cinco Anos.

| Mudança | Porcentagem |
|------------------------|-------------|
| Melhorou | 11.3 |
| Sem mudança | 29.2 |
| Deteriorou | 59.2 |
| Em falta/Não aplicável | 0.3 |

Tabela 21: Áreas nas quais o agregado familiar gostaria de ver mudanças nos próximos cinco anos

| Problema | Porcentagem |
|------------------------|-------------|
| Emprego | 23.0 |
| Educação | 3.8 |
| Saúde | 20.1 |
| Produção agrícola | 10.0 |
| Habitação | 8.4 |
| Estradas | 0.8 |
| Bens materiais | 18.4 |
| Outros* | 10.9 |
| Sem alteração | 4.2 |
| Em falta/Não aplicável | 0.4 |

*Inclui o custo de vida, acesso à água, transporte, pobreza e equipamento agrícola – havendo um respondente que insistiu que “perdi a esperança”.

Tabela abaixo, a população das comunidades vê o emprego como a sua necessidade mais imediata – compreendendo que isso pode resolver muitos dos seus outros problemas. Realça também o precário sistema de saúde, que tem fortes implicações no bem-estar e na capacidade que as pessoas têm para trabalhar.

Na outra ponta da escala, a relativamente baixa pontuação da agricultura mostra que as pessoas não vêem o aumento da produção como realista, dados os actuais constrangimentos. E as pessoas não parecem ver a educação como um caminho possível para saírem das suas dificuldades. Numa perspectiva a longo prazo a produção agrícola e a educação melhoradas podem de facto representar as melhores opções para a redução da pobreza e a mobilidade social em Kalandula.

REFERÊNCIAS

ADRA (2012). *Segurança Alimentar e Nutricional na Óptica do Acesso e Consumo. Um Estudo de Caso em 12 Municípios de Angola*. Luanda: Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente.

AMK (2016). *Relatório de Actividades da Administração Municipal de Kalandula 2015*. Kalandula: Administração Municipal de Kalandula.

AMK (2014). *Perfil Municipal de Kalandula*. Kalandula: Administração Municipal de Kalandula.

Andrade, Filomena, Carvalho, Paulo, Cohen, Gabriela (2000). *Isto é uma vida de improvisos. Estudo sobre deslocados em Malanje e Benguela*. Luanda: Humbi-Humbi.

Birmingham, David (1974). "Themes and Resources of Angolan History." Em: *African Affairs* Vol. 73(291) pag.188-203.

Birmingham, David (2015). *A Short History of Modern Angola*. Londres: Hurst.

Bourdieu, Pierre (1990). *The logic of practice*. Stanford: Editora Universitária de Stanford.

Carvalho, Maria Leonor da Silva, Marcos Olímpico dos Santos e Joaquim Caeiro (2011). *Actas do Segundo Encontro em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural Luso-Angolano*. Luanda: Universidade Metodista de Angola.

CEIC-UCAN (2016). *Relatório Económico de Angola*. Luanda: Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica.

CEIC-UCAN (2016). *Relatório Social de Angola 2015*. Luanda: Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica.

de Oliveira, Ricardo Soares (2015). *Magnificent and Beggar Land - Angola Since the Civil War*. Oxford: Editora Universitária de Oxford

de Oliveira, Soares (2013). "O Governo Está Aqui": Post-War State-Making in the Angolan Periphery." Em: *Politique Africaine* Vol. 2(130).

Dias, Jill (1986). *Changing Patterns of Power in the Luanda Hinterland: The Impact of Trade and Colonisation on the Mbundu ca. 1845-1920*. Main: Paideuma.

EU (2015). *Diagnóstico de Género de Angola*. Luanda: União Europeia.

GdA (2015). *Relatório sobre os objectivos de desenvolvimento do milénio 2015*. Luanda: Governo de Angola.

- Hesse-Biber, Sharleen e R. Burke Johnson (2015). *The Oxford Handbook of Multimethod and Mixed Methods Research Inquiry*. Oxford: Editora Universitária de Oxford.
- INE (2003). *Household Income and Expenditure Survey, IDR*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2014). Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2013). *Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População, IBEP. Relatório Vol. I. Perfil da Pobreza*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2016). *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2016a). *Recenseamento Geral da População e Habitação. Resultados Definitivos da Província de Malanje*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- Inglês, Paulo Jorge Quiteque (2016). *Reconfiguração Social em Angola: Ordem Local e Quotidiano Pós-Conflito. Escola de Sociologia e Políticas Públicas*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE -IUL). Doutor em Estudos Africanos.
- Isaksen, Jan, I. Tvedten e P. Ilinga (2006). *Experiences and Institutional Capacity for Poverty and Income Distribution Analysis in Angola*. CMI Report R 2006:19. Bergen. Chr. Michelsen Institute.
- Jul-Larsen, Eyolf e Bjørn E. Bertelsen (2011). "Social security, poverty dynamics and economic growth in Angola's smallholder agriculture. A case study of two communities in Huambo province". *CMI Report 2011: 5*. Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- Lázaro, Gilson (2015). *Dinâmicas da violência política: negociação da normalidade durante e após o conflito armado em Malanje, Angola. Escola de Sociologia e Políticas Públicas. (Tese de doutoramento)*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).
- Mikkelsen, Britha (2005). *Methods for development work and research. A new guide for practitioners*. Londres: Publicações Sage.
- Mombo, S., Dumat, C., Shahid, M. et al. *Environ Sci Pollut Res* (2017) 24: 5207. doi:10.1007/s11356-016-8190-z
- Moore, Henrietta e Todd Sanders (2014). "Anthropology and Epistemology". Em: H. Moore e T. Sanders (eds.) *Anthropology in Theory. Issues in Epistemology*. Oxford: Wiley Blackwell.
- O'Laughlin, Bridget (2007). «A Bigger Piece of a Very Small Pie: Intra-household Resource Allocation and Poverty Reduction in Africa». Em: *Development and Change*, Vol. 38 (1) pág. 21-44.
- Ortner, Sherry B. (2006). *Anthropology and social theory. Culture, power, and the acting subject*. Durham e Londres: Editora Universitária de Duke.
- Randall, Sara e Ernestina Coast (2015). "Poverty in African Households: The Limits of Survey and Census Representations." Em: *The Journal of Development Studies* Vol. 52(2) pág.162-177.
- Tvedten, Inge, Minna Tuominen e Carmeliza Rosário (2012). *Reality Checks Mozambique. Approach and Methodologies*. Estocolmo: Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional.
- Tvedten, Inge, Minna Tuominen e Carmeliza Rosário (2016). *Reality Checks Mozambique 2011-2015. Final Report*. Estocolmo: Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional.
- Tvedten, Inge e Gilson Lázaro (2016). "Urban Poverty and Inequality in Luanda, Angola". *CMI Brief Volume 15, Number 17*. Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- UNDP (2017). *Human Development Report 2017: 'Human Development for Everyone'*. Washington: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.
- UNICEF (2015). *Situation Analysis. Children and Women in Angola*. Luanda: UNICEF
- Vidal, Nuno e Justino Pinto de Andrade (2011). *Economia Política e Desenvolvimento em Angola*. Coimbra: CES - Universidade de Coimbra.
- Vines, Alex (2016). "Continuity and change in Angola: insights from modern history." Em: *International Affairs* Vol. 92(5) pág.1229-1237.
- WEF (2016) *The Gender Gap Report 2015*. Genebra: Forum Económico Mundial.
- Banco Mundial (2016). *Republic of Angola. Poverty and Social Impact Analysis*. Luanda: Banco Mundial.
- Banco Mundial (2017). *World Development Report 2017. Governance and the Law*. Washington: Banco Mundial.

Este relatório é parte do programa de pesquisa “Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento em Angola” entre o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica em Luanda, Angola e o Chr. Michelsen Institute (CMI) em Bergen na Noruega. O objectivo do programa é aumentar a qualidade, quantidade e disponibilidade de conhecimento relevante baseado em pesquisa sobre Angola. O programa tem vários sub-projectos em ciência política, economia e ciências sociais. Este relatório sobre a pobreza rural em Malanje está relacionado com o sub-projecto de ciências sociais “Dinâmica da Pobreza Urbana e Rural” e será seguido por um relatório similar sobre pobreza urbana em Luanda (a ser publicado em 2017).



CEIC
(Centro de Estudos e
Investigação Científica
da Universidade Católica de
Angola)

Tel: +244 922 280 541
+244 916 043 345
E-mail: administration@ceic-ucan.org
www.ceic-ucan.org

Localização: Avenida Pedro de
Castro Van Dúnem Loy 24, Bairro
Palanca, Município do Kilamba-Kiaki,
Caixa Postal 2064, Luanda, Angola



CMI
(Chr. Michelsen Institute)

Phone: +47 47 93 80 00
Fax: +47 55 31 03 13
E-mail: cmi@cmi.no
www.cmi.no

P.O. Box 6033,
N-5892 Bergen, Norway
Visiting address:
Jekteviksbakken 31, Bergen

